



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES NO PARLAMENTO DE
CABO VERDE: 1991-2016

Alanan Na Mana

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Ana Espírito Santo, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Edalina Sanches, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020

REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES NO PARLAMENTO DE
CABO VERDE: 1991-2016

Alanan Na Mana

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Ana Espírito Santo, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020

Agradecimentos

Primeiramente começo por agradecer a Deus por tudo que me concedeu, pela bênção que derramou sobre a minha vida.

Dedico esta dissertação ao meu pai M`bana Na Mana que já cá não se encontra, mas sei que onde quer que esteja estará muito feliz por esta realização. À minha mãe Bissique, obrigada por tudo, por toda a força e oração que me tem transmitido, jamais poderei agradecer pela mulher e pessoa que é. Obrigada a todos os meus irmãos pelas palavras encorajadoras.

Aos meus padrinhos Mário e Alíria Anjos, a minha gratidão para convosco é infinita, não só por me terem aceite na vossa casa desde os 11 anos de vida e me terem dedicado cuidados e apoio até a conclusão do mestrado, mas também pelo carinho que têm para comigo. Sou grata por tudo. Madrinha, muito obrigada por sempre rezar por mim, pelos inúmeros telefonemas com as mais variadas preocupações demonstradas durante a nossa conversa. Obrigada por tudo!

Um muitíssimo obrigado à minha orientadora, professora Doutora Ana Espírito Santo, por todo o apoio prestado, pela paciência para comigo, pelo esclarecimento prestado perante as inúmeras dúvidas que surgiam ao longo dessa caminhada que é escrever a minha dissertação de mestrado. Obrigada pelo incentivo, pelas sugestões, pela motivação em vários momentos de aflição desde o início deste percurso até o fim. Obrigada por se ter disponibilizado na hora para ser a minha orientadora do mestrado.

Também o meu muito obrigada vai para a professora Doutora Edalina Rodrigues Sanches, que foi a minha professora em duas cadeiras do mestrado e que no final do primeiro ano apesar da sua agenda cheia se disponibilizou a me apoiar no que precisasse durante o meu percurso da realização da dissertação. Obrigada por ter aceite ser a minha coorientadora e pela disponibilização dos materiais da pesquisa.

Obrigada ISCTE pela oportunidade, por me terem acolhido como mestranda na vossa instituição, obrigada a todos os professores pelo apoio prestado.

Obrigada às várias pessoas que me ajudaram na disponibilização de dados empíricos para a realização desta dissertação. Deixo uma nota de agradecimento à professora Ana

Espírito Santo, professora Edalina, à Samyra Anjos, Roselma Évora, José Lopes e Daniel Costa, muito obrigada.

Agradeço por fim as amizades que fiz durante este percurso académico em Portugal, desde a licenciatura até ao mestrado e além. Obrigada a todos e todas pela vossa amizade.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação analisa a representação substantiva das mulheres em Cabo Verde. Desde que Pitkin definiu o conceito de representação como “tornar presente algo que está ausente” (Pitkin, 1967, p. 11); várias pesquisas têm procurado compreender e explicar a presença das mulheres nos órgãos de decisão política, e ainda o efeito dessa representação em termos substantivos (Waylen, Celis, Kantola, & Weldon, 2013).

O presente estudo tem como principal objetivo responder à questão – *Até que ponto os dois maiores partidos em Cabo Verde representam, do ponto de vista substantivo as mulheres entre 1991 a 2016?*

A análise empírica tem por base os Programas de Governo dos dois principais partidos Cabo-verdianos: o Movimento para Democracia (MpD) e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). No quarto de século que se estende desde a transição para a democracia, o MpD liderou três governos (1991-1995; 1996-2001 e 2016-2021) e o PAICV outros três (2001-2006; 2006-2011 e 2011-2016).

A análise de conteúdo estruturou-se em torno de temas que interessam particularmente às mulheres: violência de género, (des)igualdade de género no acesso aos recursos, participação feminina na política, saúde das mulheres e igualdade na educação. Os resultados demonstraram que ambos os partidos estão comprometidos com questões de género, em particular a (des)igualdade de género no acesso aos recursos. Porém, ao longo do tempo, a saliência das questões de mulheres nos programas dos partidos segue tendências contrárias; havendo um aumento no MpD e uma diminuição no PAICV.

Palavras-chave:

Representação política, Representação substantiva das mulheres; Cabo Verde; Programas de Governo; Partidos; MpD; PAICV.

ABSTRACT

This dissertation analyses the substantive representation of women in Cape Verde. Since Pitkin defined the concept of representation as "making present something that is absent" (Pitkin, 1967, p. 11); several studies have sought to understand and explain the presence of women in political decision-making bodies, and also the effect of this representation in substantive terms (Waylen, Celis, Kantola, & Weldon, 2013).

The main objective of this study is to answer the question - To what extent do the two largest parties in Cape Verde represent, from a substantive point of view, women between 1991 and 2016?

The empirical analysis is based on the Government Programs of the two main Cape Verdean parties: the Movement for Democracy (MpD) and the African Party for the Independence of Cape Verde (PAICV). In the fourth century since the transition to democracy, the MpD has led three governments (1991-1995; 1996-2001 and 2016-2021) and the PAICV three others (2001-2006; 2006-2011 and 2011-2016).

The content analysis was structured around issues of particular interest to women: gender violence, gender (un)equality in access to resources, women's participation in politics, women's health and equality in education. The results showed that both parties are committed to gender issues, in particular to gender (un)equality in access to resources. However, over time, the salience of women's issues in party programs follows an opposite trend; there is an increase in MpD and a decrease in PAICV.

Keywords: Political representation, Substantive representation of women; Cape Verde; Government programs; Parties; MpD; PAICV.

Índice Geral

Glossário de siglas	ix
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Revisão da literatura	5
Representação política	5
Representação descritiva das mulheres	6
Aumento da representação descritiva faz aumentar a representação substantiva?	7

As questões e os interesses das mulheres	9
Partidos, competição eleitoral e interesses de mulheres	12
Capítulo 3. Representação política das mulheres em África	17
Em África	17
Em Cabo Verde	21
Capítulo 4. Cabo Verde: Breve Contextualização Política	27
Capítulo 5. Metodologia	33
Pergunta de partida	33
Dimensões de análise	34
Análise de conteúdo	36
Capítulo 6. Análise empírica do caso em estudo	39
Violência de género	39
(Des)igualdade de género no acesso aos recursos	40
Participação feminina na política	41
Saúde das mulheres	43
Igualdade na educação	44
Conclusão	51
FONTES	55
Bibliografia	57
ANEXOS	61

Índice de Tabelas

Tabela 1- Presença de Mulheres no parlamento de Cabo-verdiano	29
Tabela 2- Análise de conteúdo dos programas do governo legislativo do MpD (1991, 1996 e 2016).....	46
Tabela 3 – Análise de conteúdo dos programas do governo legislativo do PAICV (2001, 2006 e 2011).....	48
Tabela 4 – Expressões chave pesquisadas	69

Glossário de siglas

CEDAW – Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres

CNOMCV – Comissão nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

CV – Cabo Verde

ICIEG – Instituto Cabo-Verdiano para a Integração e Equidade do Género

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPU – Inter-Parliamentary Union

MpD – Movimento para a Democracia

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

RMPCV – Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde

UCID – União Cabo-verdiana Democrática e Independente

Capítulo 1. Introdução

O desenvolvimento sustentável de uma sociedade deve incluir a igualdade de benefícios para todos os seus cidadãos, sejam homens ou mulheres. Inclusão implica poder participar, poder representar e ser representado – é fazer parte.

No princípio dos anos 90, deu-se a grande viragem para a fase da democratização dos sistemas políticos dos países do continente africano, ou seja, a abertura dos sistemas políticos. A maioria dos países africanos tinha um sistema de partido único (geralmente um partido criado antes da independência), consagrado pelas constituições implementadas logo após a independência que, na sua maioria, permitiam que houvesse apenas um partido.

A democratização veio permitir uma abertura política, a mudança do sistema monopartidário para o sistema multipartidário. Foi também por essa altura que as mulheres começaram a fazer parte da arena política em muitos países africanos. As reformas políticas e/ou constitucionais em muitos países africanos permitiram a criação de novas legislações que abrangessem mais direitos para as mulheres (Bauer, 2012).

O continente africano tem tido um bom desempenho em termos democráticos apesar de ainda ter um longo caminho pela frente no que diz respeito à consolidação da democracia. Há alguns países africanos onde o índice democrático é bom, por exemplo Botsuana (7,81), Cabo Verde (7,78) e África do Sul (7,24), enquanto outros estão a caminho da consolidação democrática e há ainda os que vivem num sistema híbrido, por exemplo o Senegal (5,81) e Uganda (5,02)¹. A democracia não se reduz ao voto livre e secreto, inclui vários outros fatores, como por exemplo a promoção da igualdade de género em várias dimensões. Embora a democracia tenha permitido a entrada das mulheres na arena política, as mulheres continuam sub-representadas.

Para além disso, é necessário frisar que nem sempre são os países com uma qualidade democrática mais elevada que têm os melhores resultados em termos de igualdade de género no poder político. Por exemplo, a África Subsariana, apesar de em termos

¹ The Economist: os valores foram obtidos com base em sessenta indicadores e a pontuação vai de 0 a 10. Link para consulta: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>

democráticos não ter um índice muito bom (4,26 em 2019)² é uma das regiões no mundo com mais altos níveis de representação das mulheres. Os dados mundiais e regionais elaborado pela IPU (2020)³ sustentam essa conclusão. Ruanda destaca-se por ser o país com maior percentagem de mulheres no parlamento do mundo (61,3%), continuando na liderança até ao momento atual (setembro 2020). Mas países como a África do Sul (46,3%), o Senegal (43,0% de mulheres), a Namíbia (42,7%) e Moçambique (41,2%) também têm taxas de feminização muito altas. De um modo geral, o continente africano tem acompanhado o mundo na promoção da participação das mulheres na política.

Dos países africanos da lusofonia, Moçambique é o que apresenta uma maior percentagem de mulheres no parlamento, seguido de Angola, que se encontra em 52º lugar do ranking mundial, com 30% de deputadas; Cabo Verde surge em 73º lugar com 25%; São Tomé e Príncipe em 141º lugar com 14,5% e a Guiné-Bissau aparece em 145º lugar com 13,4% - apresentando a percentagem mais baixa dos países africanos da lusofonia.

Cabo Verde é considerado um exemplo da democracia no continente africano. No entanto “o regime democrático de Cabo Verde ainda é pouco inclusivo no que diz respeito à justa representação dos sexos nas esferas de decisão política” (Évora, 2018, pp. 63-64). As mulheres ocupam apenas um quarto dos lugares no parlamento, ou seja, dos 72 deputados apenas 17 são mulheres⁴. Apesar da sub-representação feminina, o sistema multipartidário adotado em 1990 facilitou o aumento da presença de mulheres nas esferas de decisões políticas.

Com a presença de mulheres nos parlamentos levantou-se outra questão relativamente à representação dos interesses das mulheres (representação substantiva). Nas democracias atuais, os debates estão centrados em procurar saber até que ponto os interesses das mulheres estão a ser representados, visto que uma verdadeira representação implica, não só a presença mas também, a representação substantiva das mulheres. Enquanto para alguns estudiosos, a presença de mulheres nos parlamentos é suficiente para assegurar que os seus interesses estão representados, para outros, o facto de haver mulheres nos

² Porto Canal – índice democrático: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/207220>

³ IPU 2020 - <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2020-03/women-in-politics-2020>

⁴ Parlamento de C.V. - <http://www.parlamento.cv/deputados2.aspx>

órgãos de decisões não implica necessariamente que venham a representar os interesses de mulheres. Essas divergências nos debates acabam por criar um grande interesse no estudo da representação, principalmente da representação substantiva.

A questão da representação substantiva das mulheres em Cabo Verde não tem sido muito explorada a nível da literatura, visto que os autores estão mais focados na representação descritiva das mulheres, ou seja, na presença/ausência de mulheres nos órgãos políticos. Assim, os estudos existentes versam sobretudo sobre as disparidades entre os números de homens e mulheres presentes nos principais órgãos de decisões políticos. Sobre a representação substantiva foi encontrado apenas um estudo da Eurídice Monteiro (2012).

Este trabalho, centra-se na representação substantiva das mulheres. Fáz-lo recorrendo à análise de conteúdo das promessas de governo feitas pelos dois principais partidos que têm estado no poder desde 1991. Desta forma, serão analisados os seus programas de governo desde 1991 aquando da introdução do multipartidarismo. Mais precisamente, serão analisados todos os programas de governo que vigoram entre 1991 e 2016. Esta análise procura responder à questão de partida: *Até que ponto os dois maiores partidos em Cabo Verde representam, do ponto de vista substantivo as mulheres entre 1991 a 2016?* O intuito da análise é descrever as promessas propostas pelos partidos, visando perceber qual dos dois partidos desenvolveu mais promessas que visassem promover a igualdade de género entre os homens e as mulheres.

A escolha temporal justifica-se pelo facto de a democracia multipartidária ter sido introduzida no país em 1990 e, em 1991 terem ocorrido as primeiras eleições legislativas multipartidárias. Os dois principais partidos Cabo-verdianos são o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD) que têm alternado o poder entre eles. O MpD venceu por duas vezes consecutivas nas primeiras eleições legislativas do país (em 1991 e em 1995). Nas eleições legislativas seguintes, o PAICV venceu três legislativas consecutivas (2001, 2006 e 2011). No ano 2016, o MpD voltou à liderança do governo em Cabo Verde e o seu mandato vai cessar em 2021. A alternância de poder entre o PAICV e o MpD também motivou a escolha temporal, sendo que até o momento cada um dos dois partidos liderou o governo cabo-verdiano por três mandatos.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma.

O capítulo 2 consiste na revisão geral da literatura, onde são tratados temas como: a representação política; representação descritiva das mulheres; relação entre representação descritiva e representação substantiva; os conceitos de questões e interesses das mulheres e partidos, competição eleitoral e interesses de mulheres. No capítulo 3 é feita a revisão da literatura mais concretamente sobre a representação política em África e o caso de Cabo Verde. O capítulo 4 contém uma breve contextualização política de Cabo Verde. O capítulo 5 apresenta a metodologia seguida neste trabalho. O capítulo 6 refere-se à análise de conteúdo dos programas de governos do PAICV e do MpD, relativamente à representação substantiva das mulheres em Cabo Verde. E finalmente, o último capítulo consiste nas conclusões que foram tiradas neste estudo, sendo igualmente apresentadas pistas para um estudo futuro.

Capítulo 2. Revisão da literatura

Representação política

O conceito de representação política tem raízes profundas na ciência política. Nos anos 60, Hanna Pitkin (1967) ofereceu um contributo assinável para a compreensão deste conceito através da obra seminal “The Concept of Representation”. Nesta obra, a autora define representação como um “fenómeno paradoxal – o ato de representar algo que não está presente, que nem sempre está associado à democracia, e que contempla diferentes dimensões – formal, descritiva, simbólica e substantiva” (Vidal & Sanches, 2019, p. 3).

Segundo Pitkin (1967), representação formal diz respeito às regras e procedimentos institucionais que definem o processo de representação, isto é, à forma como os representantes são escolhidos. A representação descritiva por sua vez, firma-se na ideia de que os representantes devem espelhar as características dos representados: por outras palavras, devem representar a diversidade dos grupos que constituem a sociedade. A representação substantiva significa agir no interesse dos representados, e pressupõe uma congruência entre as ações dos representantes e os interesses dos representados. Finalmente, a representação simbólica, refere-se à forma como determinados atores políticos podem ser vistos como símbolos de representação (Pitkin, 1967, p. 93).

Das quatro dimensões de representação enunciadas, Pitkin (1967) considera a representação substantiva como a mais relevante, na medida em que diz respeito à forma como os representantes procuram promover as preferências e interesses dos cidadãos. Com efeito, a representação substantiva “sublinha e dá importância ao que o representante pensa e faz, em vez de enfatizar quem é a pessoa; requer ações deliberadas” (Childs & Krook, 2006, p. 503); “capta uma relação entre o representado e o representante” (Celis, Childs, Kantola, & Krook, 2009, p. 4).

Desde o contributo pioneiro de Pitkin (1967) tem havido um interesse crescente em torno da natureza da representação política. Nos anos 80 e 90 “tornou-se um importante foco de debate nos argumentos sobre diversidade e política de identidade” (Childs & Lovenduski, 2013, p. 2). Um importante estudo neste contexto é o de “The Politics of Presence” de Anne Phillips (1998). Segundo Phillips (citada por Childs e Lovenduski, 2013) a política de presença alicerça-se na ideia de que “a deliberação política requer a participação de grupos-chave para que possam ser tomadas decisões democraticamente

representativas” (Childs & Lovenduski, 2013, p. 3). Estas questões têm sido particularmente debatidas no contexto dos estudos sobre representação política das mulheres.

Representação descritiva das mulheres

Há décadas que se fazem estudos sobre a representação política das mulheres com enfoque na representação descritiva (Phillips, 2001, Weldon, 2002; Mansbridge, 2003; Childs & Krook, 2006; Celis et al. 2009). Inicialmente, procurava-se analisar os fatores que beneficiavam a presença de mulheres presentes nos parlamentos. Neste contexto a introdução de várias medidas institucionais (por exemplo a implementação de quotas) por diferentes Estados tem merecido destaque (Clayton, Josefsson & Wang 2016). Ao longo do tempo tem havido um aumento da representação política das mulheres sobretudo quando se considera a arena parlamentar. Segundo dados da União Interparlamentar, a proporção de mulheres no parlamento subiu de 11,7%, em 1997 para 25,1% em 2020⁵. Este aumento é transversal às diferentes regiões do mundo, mas é particularmente visível no continente africano (ibid).

Apesar desse aumento, a sub-representação feminina nos principais órgãos de decisão política em muitos países continua a ser uma questão em análise. Os fatores explicativos identificados para a maior ou menor presença de mulheres apontam para determinantes culturais, socioeconómicos e políticos (Childs & Lovenduski, 2013, p. 496).

Muitos autores identificaram a importância de as mulheres estarem representadas descritivamente, isto é, fisicamente presentes (Childs & Lovenduski, 2013). O primeiro argumento (justiça) - considera que é injusto o facto de as mulheres fazerem parte de uma sociedade democrática e não poderem participar nas tomadas de decisões que lhes dizem respeito. O segundo argumento (pragmático) - destaca que os partidos políticos optam por aumentar a representação das mulheres para conseguirem votos junto deste eleitorado. Finalmente, o terceiro argumento (diferença) - está dividido em duas partes, uma diz respeito a uma agenda diferente que será introduzida na política com a entrada das mulheres, a outra diz respeito à heterogeneidade das mulheres, sendo que, a sua representação descritiva deverá refletir essa heterogeneidade (Childs & Lovenduski,

⁵ Fonte: 2020 - <https://data.ipu.org/women-averages/> 1997 - <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>

2013, p. 7). É importante a participação das mulheres na esfera de decisões políticas por ser uma questão de justiça social; visto que a sua exclusão remete a discriminação e a deslegitimação dos seus interesses.

Aumento da representação descritiva faz aumentar a representação substantiva?

Com o aumento do número de mulheres eleitas, surgiram outras questões relevantes, particularmente “o que fazem as representantes femininas uma vez eleitas?” (Childs & Lovenduski, 2013, p. 5).

A agenda de investigação de vários estudiosos passou, então, a focar-se na relação entre as duas principais dimensões da representação: a descritiva e a substantiva. Em concreto, pretendia-se averiguar se havia uma possível relação entre a representação descritiva e a representação substantiva das mulheres, ou seja, se o aumento do número de mulheres eleitas poderia levar ao aumento da representação dos interesses das mulheres. No entanto a relação está longe de ser unívoca.

Por um lado há quem sustente que “um maior número de mulheres nos processos de tomada de decisão deve traduzir-se em melhores resultados de política que reflitam as preocupações das mulheres” (Vetten, 2016, p. 1), e que haverá uma maior tendência das representantes femininas para agirem em prol das mulheres (Childs & Lovenduski, 2013, p. 5). Com efeito, “enquanto grupo social, as mulheres podem contribuir em várias frentes, nomeadamente influenciar a formulação e implementação de políticas sensíveis às questões de género, responsabilizar politicamente os legisladores e o Governo pelas desigualdades existentes, e incluir novos temas na agenda política” (Osório, citada em Vidal & Sanches, 2019, p.20).

Por outro lado, considera-se ser “difícil para qualquer pessoa representar uma experiência que não seja idêntica à sua própria” (Phillips, 2001, pp. 275-276)). Assim, para representar as mulheres deve ter-se em conta a heterogeneidade das mesmas, bem como o facto de cada mulher possuir identidades múltiplas que podem ser associadas a diferentes experiências (Phillips, 2001).

Na visão de Campbell, Childs, & Lovenduski (2010, p. 172), não há necessariamente uma relação entre a representação descritiva e substantiva, recorrendo ao argumento de Mansbridge (2003), as autoras salientam que, “o sexo de um candidato não importa desde

que os interesses tanto dos homens como das mulheres estejam representados nos parlamentos nacionais” (2010).

Deste modo, os estudos que relacionam a representação descritiva e substantiva das mulheres têm sido alvo de várias críticas.

Uma delas é o facto de esses estudos tenderem a ignorar a heterogeneidade existente entre as mulheres numa sociedade, sendo as mulheres tidas como um grupo homogéneo. Ao tratá-las como um grupo homogéneo, estas abordagens negligenciam o facto de que cada mulher possui identidades múltiplas que podem ser associadas a diferentes experiências, e assim determinar o tipo de representação substantiva (Phillips, 2001). Uma segunda crítica, sugere que os homens também podem representar os interesses das mulheres. Finalmente, uma terceira crítica firma-se no sentido de que a representação substantiva não acontece num único lugar que seriam os parlamentos – pelo contrário também tem lugar fora da política formal (Celis, Childs, Kantola, & Krook, 2008).

Dentro dessa abordagem crítica, muitos autores (Celis et al., 2008; Childs e Lovenduski, 2013; Mackay, 2008) propõem que se modifiquem as questões de pesquisa relacionando género e política: substituindo as questões tradicionalmente formuladas pelos estudiosos da representação “as mulheres representam as mulheres?” / “as mulheres na política fazem a diferença?”, por novas questões “quem afirma agir em prol das mulheres?” e “onde, porquê e como ocorre a representação substantiva?” (Celis, Childs, Kantola, & Krook, 2008, p. 99). Na mesma linha, Childs e Lovenduski (2013) apresentam oito questões centrais para uma agenda de investigação moderna sobre a representação descritiva e substantiva: “porque razão as mulheres devem estar representadas?”, “quem são os representantes das mulheres?”, “quais são as mulheres representadas?”, “onde ocorre a representação das mulheres?”, “como é feita a representação substantiva das mulheres?”, “quando ocorre a representação?”, “em relação a quem é que os representantes são responsáveis?” e, finalmente, “qual a eficácia da (alegada) representação?” (2013, p. 6).

Para além disso, Childs e Lovenduski (2013), sugeriram quatro grandes temas que permanecem por explorar na investigação empírica sobre a representação substantiva das mulheres. O primeiro consiste nas “interpretações concorrentes do que constitui uma boa representação substantiva articulada por diferentes representantes, tanto dentro como fora das legislaturas”, ou seja, por entidades governamentais e não governamentais. O segundo

diz respeito “a contestação de reivindicações e ações específicas por parte daqueles que estão a ser representados exige consideração. Por exemplo, as mulheres socialistas, conservadoras, feministas liberais, negras ou pobres podem discordar se estão a ser bem representadas por determinadas reivindicações e atos representativos”, representar as mulheres e ter em conta sempre as suas diferenças em várias dimensões, sejam elas políticas, ideológicas ou mesmo étnicas. Em terceiro lugar, dar mais atenção à qualidade da representação, ou seja, “até que ponto os representantes são exemplos de representantes descritivos preferíveis (...) que têm um sentido de pertença às mulheres, partilham os seus objetivos e têm fortes relações mútuas com aqueles que representam?” e “qual é a qualidade da comunicação e das ligações entre os representados e os representantes?”. Em quarto lugar, incluir a questão da responsabilização (accountability) nas pesquisas (Childs & Lovenduski, 2013, pp. 20-21).

As questões e os interesses das mulheres

O conceito de interesses das mulheres tem gerado bastante discussão dentro do campo de estudo da representação política. Segundo Celis et al. (2009), “a promoção dos "interesses das mulheres" é um foco central e uma preocupação dos defensores da representação política das mulheres” (2009, p. 1)

Sendo um conceito muito importante nos estudos da representação política feminina, para que se possa fazer uma melhor investigação sobre os interesses das mulheres relativamente às suas variações e ao porquê das variações, tanto no tempo como no espaço, nas instituições, nos grupos e nos indivíduos, Reingold e Swers (2011) argumentam “que os interesses das mulheres são socialmente construídos, politicamente contestados e empiricamente contingentes” (2011, p. 430).

Reingold e Swers (2011) colocaram uma série de questões relativamente ao debate acerca dos interesses e questões das mulheres, das quais algumas são mais no sentido crítico. As questões colocadas foram: “podem ou devem os investigadores definir os interesses e as questões das mulheres de forma objetiva e subjetiva, ou seja, de acordo com o nosso conhecimento da situação social das mulheres e da sua diferença em relação aos dos homens, ou de acordo com as conceções das próprias mulheres?”; “podemos ou devemos mesmo tentar identificar interesses que são inclusivos da maioria das mulheres (e exclusivos da maioria dos homens) através das linhas raciais, de classe e ideológicas?”; “será que há interesses amplamente partilhados entre as mulheres e tão amplamente rejeitados, ignorados ou desconsiderados entre os homens?”; “por outro lado, existem

debates políticos ou questões políticas em que as mulheres não tenham interesses de género?"; "será que todas as questões são questões de mulheres?"; "como explicamos a importância das questões para diferentes grupos de mulheres e a intensidade das preferências entre grupos de mulheres e de homens?"; "em suma, como podemos evitar essencializar ou objetivar as mulheres, mas ainda assim reconhecer o poder político, social e económico do género?" (Reingold & Swers, 2011, p. 431).

Uma resposta mais abrangente para essas séries de questões encontra-se no trabalho de Mackay, 2008, intitulado: 'Thick' conceptions of substantive representation: women, gender and political institutions; na visão da autora "em vez de esperar respostas simples, há uma perceção crescente de que as questões de mulheres, género e representação política são exemplos de conceitos contestados: escorregadios, condicionais e contestáveis, mas necessários" caso se pretenda estudar e estar relacionado com as realidades políticas (Mackay, 2008, p. 126).

Dentro do estudo de interesses das mulheres, há estudiosos que rejeitam o conceito de interesse, com a justificação de que "o movimento de mulheres e os valores revolucionários que ele gera não podem nem devem limitar-se ao quadro utilitarista e masculinizado da política de interesses" (Cockburn, 1996, p. 13). No debate sobre os interesses das mulheres, muitos estudiosos propuseram outros termos que acreditam ser mais favoráveis. Em "Estrategies for Gender Democracy", Cynthia Cockburn (1996) expõe os pontos importantes gerados no debate acerca do conceito de interesses das mulheres: "argumenta-se por vezes que não podemos falar de interesses de género tão distintos de um interesse geral, e que as mulheres são tão diferentes umas das outras como são dos homens". Para a autora, esse argumento coloca em causa a legitimidade do processo de representação (Cockburn, 1996, p. 12).

Para Anna Jonasdottir (1988), (citada por Cockburn,1996), o conceito de interesse tem dois aspetos que se encontram interligados: um aspeto tem a ver com a forma e o outro com o conteúdo. A forma diz respeito às exigências de estar presente no meio dos decisores e poder participar nos debates sobre os assuntos públicos da sociedade; enquanto que, o conteúdo diz respeito aos valores substantivos que o sistema político submete a debate e votação e põe em prática na elaboração das políticas. Os conteúdos respondem às necessidades, desejos e exigências de vários subgrupos de mulheres (1996, p. 13).

Diamond e Hartsock (1998), (citadas por Childs & Lovenduski, 2013), rejeitaram o conceito de interesse das mulheres, substituindo-o por necessidades das mulheres (2013, p. 12). Por outro lado, para Cockburn (1996), ninguém pode dizer objetivamente o que são as necessidades das mulheres, pelo que sugere que se utilize a expressão preocupações das mulheres quando se trata de conteúdo político. Adicionalmente falar das preocupações das mulheres aponta para as questões que afetam as mulheres. Essas preocupações incluem questões substantivas tais como, a disponibilidade de contraceptivos e o aborto, a prestação social de cuidados às crianças, o acesso à formação e a profissões e a igualdade de remuneração (1996, pp. 14-15). A autora sublinha ainda que tais questões podem divergir entre as mulheres e também surtir diferentes exigências e políticas.

Celis et al., (2009, p. 3) consideram que “as questões e interesses das mulheres não são fixas ou fáceis de definir, mas sim, são objetos de uma política viva e contínua debates”. Assim, fez quatro observações acerca das questões e interesses de mulheres. A primeira observação assume que “existe um consenso aproximado entre os autores, quanto ao que constitui as questões de mulheres”, a segunda diz-nos que há “uma vasta seleção de questões de mulheres, ainda que haja atores que definam umas questões de forma mais ampla que outras”; a terceira observação indica que “a natureza dos interesses das mulheres está sujeita na maioria dos casos, a uma ampla contestação e luta”; a quarta observação e última diz-nos que “o conteúdo dado aos interesses das mulheres por vários atores, refletem e moldam pontos de vista sobre quem são e devem ser as mulheres”.

Com base num estudo comparativo de quatro países – Reino Unido, Finlândia, Bélgica e Estados Unidos, Childs e Lovenduski (2013) fizeram distinção entre as questões e interesses de mulheres: enquanto as primeiras dizem respeito “a categoria política geral como a conciliação da vida profissional e familiar”, as segundas tem a ver com “o conteúdo específico dado a esta categoria pelas várias partes intervenientes” (2013, p. 12).

Este estudo encontra ainda variações entre os países: enquanto algumas questões de mulheres eram transversais, (ex. – igualdade salarial e violência contra as mulheres), outras eram mais específicas de cada país (ex. – acesso de mulheres ao desporto nos Estados Unidos (Childs & Lovenduski, 2013, p. 12).

Partidos, competição eleitoral e interesses de mulheres

Ainda sobre o debate acerca das definições das questões e interesses de mulheres; de acordo com Reingold e Swers (2011) todos os termos utilizados foram definidos “exogenamente”, de modo que se pudesse criar uma definição válida, defensável e adequada dos interesses e questões das mulheres, no entanto criticaram o facto dos estudiosos ignorarem “a oportunidade de estudar e compreender os interesses das mulheres como variáveis políticas interessantes e significativas em e de si mesmas” (2011, pp. 431-432).

Neste sentido, um aspeto importante que importa considerar é o papel dos atores políticos. Com efeito, o comportamento estratégico dos partidos políticos e as motivações dos legisladores para fazerem avançar os seus múltiplos objetivos políticos; são importantes quando se procura compreender os interesses das mulheres como um processo político. Por exemplo, os partidos políticos esforçam-se por destacar as questões e os interesses das mulheres com o objetivo de favorecer os seus próprios interesses e de mobilizar grupos de eleitores-alvo. Tal como as suas implicações normativas e empíricas na escolha de uma mulher para patrocinar um projeto de lei. A estratégia de ter uma mulher a patrocinar uma determinada proposta política tem uma importância simbólica.

Segundo Weldon (2002, p. 1156), “os indivíduos raramente podem fornecer um relato ou uma análise completa dos obstáculos que o grupo enfrenta sem interagir com outros do grupo”, ou seja, ter uma única mulher representante no parlamento não é suficiente para representar os interesses de todas as mulheres. Na visão de Campbell, Childs, & Lovenduski (2010), muitos interesses das mulheres são negligenciados pelos representantes masculinos por não terem consciência de como as políticas públicas afetam as mulheres; as autoras concluem que os homens e as mulheres têm atitudes diferentes, e a diferença de sexo indica diferenças de atitudes (2010, p. 194).

Olhando para os partidos políticos nas formulações de promessas para as mulheres, tomamos como exemplo o estudo de caso do Reino Unido por Childs, Webb & Mathaler (2010). Antes de mais, os autores fizeram uma observação no qual salientam o facto de que, o estudo da representação substantiva tem vindo a procurar analisar e compreender quando é que a representação substantiva acontece (2010, p. 200). E que, tal como refere o estudo de Childs e Krook (2006), grande percentagem de mulheres presentes nos parlamentos não garantem que as mesmas atuarão em prol das mulheres.

Voltando às promessas dos partidos para com as mulheres. Os estudos empíricos mais recentes, de acordo com Childs, Webb & Mathaler (2010), demonstraram “uma preocupação particular em descobrir o que constitui o conteúdo da representação substantiva das mulheres, fugindo a priori aos pressupostos sobre os interesses das mulheres” (2010, p. 200).

Celis & Childs (2008), com o objetivo de analisarem a representação substantiva das mulheres, fizeram referência à Murray que analisou a candidatura da Ségolène Royal nas presidenciais de 2007 em França. O aspeto interessante desta análise aponta que: “a presença de uma candidata feminina viável pode engendrar a representação substantiva das mulheres”, ou seja, a candidatura de Ségolène, em condições particulares irá causar uma influência positiva para a promoção da participação feminina na política, isto porque, irá forçar os “adversários masculinos para feminizar a sua campanha, equipas de campanha e compromissos políticos” (2008, p. 423).

Com isso, os autores apontam que, na ideia de Murray: “enquanto as mulheres estiverem “na corrida eleitoral”, e/ou as preocupações das mulheres no centro da competição eleitoral” haverá possibilidade de a representação substantiva das mulheres acontecer mesmo com baixa representação descritiva (Celis & Childs, 2008, p. 423).

Para Celis e Childs (2008), essa análise derruba a ideia da conexão existente entre a representação descritiva e a representação substantiva, mas ao mesmo tempo, esta análise cria uma ligação “entre a representação substantiva e a dimensão formal da representação relacionada com eleições que é frequentemente negligenciada sobre a representação substantiva das mulheres” (2008, p. 423). As autoras enfatizaram que a análise de Murray, contribuía para que os estudiosos do género e da política percebessem que a representação é um processo que envolve duas fases – a pré-parlamentar (eleições) e, que tanto os partidos políticos, os programas partidários e as promessas eleitorais “podem constituir atores e atos críticos” (2008, p. 423).

Com base nesta nova abordagem da representação substantiva, este estudo da representação de género no contexto parlamentar, analisa o caso do Reino Unido, que teve como objeto de pesquisa – o Partido Conservador Britânico. O objetivo foi procurar identificar como é que o partido Conservador constrói noções de feminilidade e relações de género e como procura agir em prol das mulheres (os anos analisados foram 1992, 1997, 2001, e 2005) (Childs, Webb, & Mathaler, 2010, p. 200). A conclusão da análise

empírica das promessas, refere que grande parte das promessas dos conservadores para as mulheres são referentes ao papel da mulher na família e na mão-de-obra assalariada. Tal como apontam os resultados da tabela 3 apresentada no trabalho, os números mais elevados de promessas individuais estão relacionados com os cuidados infantis, enquanto que as promessas relativamente à violência e educação que já apresentavam um número baixo, foram diminuindo ao longo dos anos até desaparecerem completamente (Childs, Webb, & Mathaler, 2010, pp. 2013-2014).

Childs, Webb, & Mathaler (2010) concluíram que, nos manifestos eleitorais do ano 2000, os partidos raramente fizeram promessas a apontar explicitamente para as mulheres, preferiam dizer “famílias” e “pais”. E este foi um aspeto interessante que levou os autores a deixarem uma chamada de atenção as observações obtidas “quaisquer conhecimentos obtidos ao considerá-los, são suscetíveis de falhar se os investigadores procurarem apenas afirmações explícitas sobre as mulheres e os interesses das mulheres” (2010, p. 219).

Enquanto que, os partidos criam estratégias para atrair os eleitores, os legisladores individuais, por outro lado, trabalham no contexto partidário para fazerem avançar os seus múltiplos objetivos para obterem a reeleição, servir os interesses dos eleitores e implementarem boas políticas (Reingold & Swers, 2011, pp. 433-434).

Campbell e Childs (2015), sublinham que, desde 1997 que os principais partidos políticos tentam conquistar os eleitores femininos. A conclusão a que chegaram no estudo comparativo do Partido Trabalhista e Conservador, é que o Partido Trabalhista, é um partido explicitamente feminista em ambas as dimensões da feminização – tanto na inclusão da mulher na política, como na inclusão das perspetivas e questões da mulher; com vista a acabar com as vantagens que o Partido Conservador tinha junto das mulheres do pós-guerra, a estratégia utilizada pelo Partido Trabalhista foi a de promulgar legislação que se destinava a promover a igualdade de género e que visava uma melhor representação das mulheres nas bancadas do Partido Trabalhista na Câmara dos Comuns (2015, p. 223).

No caso Africano, alguns estudos recentes analisaram a forma como as questões de género são abordadas quer nos estatutos e nos manifestos eleitorais dos partidos (Kandawasvika-Nhundu, 2014). Um relatório recente que compara vários países conclui que estes documentos contêm diferentes expressões de compromissos para promover igualdade de género, a participação e a representação política das mulheres: “tais

compromissos encontram-se em 58 (27%) dos estatutos dos partidos políticos e em 124 (58%) dos manifestos eleitorais. Os restantes 90 (42%) documentos dos partidos não fazem qualquer menção a princípios ou compromissos sobre a igualdade entre os sexos, quer na constituição do partido ou manifesto” (Kandawasvika-Nhundu, 2014, p. 14).

A revisão desta literatura permitiu obter uma base daquilo que se vai tratar na parte empírica desta dissertação, que é a análise das questões de género nos programas de governo dos principais partidos em Cabo Verde. Neste sentido, interessa-nos especialmente contribuir para o debate crescente sobre a forma como os partidos se mobilizam em torno de questões de género, em particular em África. Para melhor enquadrar esta análise, faremos uma breve revisão dos estudos sobre representação no contexto africano e em Cabo Verde.

Capítulo 3. Representação política das mulheres em África

Em África

Relativamente aos países africanos há muitas publicações acerca da representação descritiva, que procuram explicar variações na proporção de mulheres no parlamento, quer em contextos democráticos quer autocráticos.

Começo essa análise com o estudo de caso da participação das mulheres na política no Uganda de Aili Tripp (Tripp, 2000). A autora sublinha a importância da análise do caso do Uganda, por este apresentar o dilema da mudança institucional, ou seja, a entrada das mulheres na arena política.

O dilema surge porque as mulheres com acento na assembleia política não têm autonomia na decisão. Ou seja, as mulheres constituem-se como uns elementos que “são trazidos para o jogo, mas as regras, estruturas e práticas continuam a promover os interesses políticos e sociais pré-existentes” (Tripp, 2000, p. 219), o que irá dificultar as ações das mulheres deputadas na representação dos interesses das mulheres. Visto que as mesmas são instruídas a seguir as regras já impostas pelos representantes masculinos que neste caso de estudo, são geralmente os anciões. Segundo Goetz (1995), citada por Tripp (2000), há possibilidade de os representantes femininos aprenderem a utilizar as regras já existentes em seu favor ou até mesmo criar outras novas, mas sublinha que raramente isso acontece (2000, p. 219).

Por fim, Tripp (2000) conclui que, as mulheres no Uganda foram excluídas da esfera política e como consequência dessa exclusão – “as mulheres procuraram associações autónomas a partir das quais se pudessem mobilizar em torno de questões importantes para elas”. A “luta” contra um regime que se fazia passar por aberto à inclusão das mulheres a nível político, paradoxalmente acabou por posicionar bem as mulheres na política – através dos movimentos das mulheres (Tripp, 2000, p. 237).

No estudo do Botswana, uma das mais antigas e estáveis democracias africanas, Bauer (2016, p. 231), consta que, apesar de haver uma representação considerável de mulheres no governo, a representação das mulheres na legislatura nacional está entre as mais baixas de África. Complementarmente, demonstra que é sobretudo das formas de liderança

tradicional e não do parlamento, que emanam os efeitos simbólicos de representação das mulheres.

Alargando a discussão para além do Botswana, Bauer (2016) argumenta sobre os benefícios da representação das mulheres, num continente em que “as legislaturas são fracas e dominadas por executivos” (2016, p. 232). Acrescenta, ainda que os efeitos do crescente número de mulheres nas legislaturas podem ser sentidos para além da instituição parlamentar.

Um aspeto interessante deste estudo citado pela autora é que o surgimento da mulher no Botswana como chefe poderá estar ligado às mulheres nos outros cargos (tais como nas legislaturas e executivos), ou seja, é um efeito de representação simbólica da sua presença. E que essas mulheres procurarão representar substancialmente os interesses das mulheres quando lhes for dada a oportunidade (Bauer, 2016, p. 232).

Bauer (2016) concluiu que Botswana continua a funcionar sob uma constituição fundadora, sem disposições em matéria de igualdade de género. E que apesar de baixa representatividade no governo, a mobilização do movimento de mulheres iniciada em meados dos anos 80, inicialmente em torno das questões de direitos de cidadania das mulheres, depois teve finalmente o seu foco na questão de participação das mulheres na política e na tomada de decisões, “introduzindo um discurso e promovendo uma discussão em torno do empoderamento político das mulheres” (2016, p. 231).

Vidal e Sanches (2019) demonstram que “nos países com sistemas de partidos dominantes, a representação das mulheres permite ao partido que está no poder, aumentar a sua esfera de controle” (2019, p. 22). Olhando especificamente para o caso de Moçambique, as autoras constataam que, naturalmente enquanto as candidatas que pertencem ao partido dominante (Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo) têm maior probabilidade de chegar ao parlamento, as que pertencem aos outros partidos – que agregam menor proporção de votos – têm menor probabilidade de chegar ao parlamento.

Consideramos agora um conjunto de estudos de caso e comparativos que têm analisado a representação substantiva no contexto africano.

Na visão de Burnet (2011), o modelo multifacetado de representação política de Pitkin é útil para compreender a representação em estados não democráticos. No seu estudo de

caso do Ruanda, a autora chegou a conclusão de que, “as transformações na representação formal e descritiva podem levar a mudanças na representação simbólica, mesmo que a representação substantiva não melhore” (Burnet, 2011, p. 331). E no caso ruandês, mesmo com o aumento da representação formal não houve mudança em termos de representação substantiva pelo facto de não ter havido mudança na forma de governação. Os interesses dos legisladores estavam acima dos interesses da população no geral. A conclusão tirada do caso ruandês é de que “a experiência da representação das mulheres não é universal” (Burnet, 2011, p. 331).

Jennie Burnet (2011) salienta no seu estudo sobre o Ruanda que, apesar do parlamento ruandês ter sido (e ainda continua a ser) o primeiro e único no mundo maioritariamente feminino, o aumento da representação das mulheres trouxe poucas mudanças ao processo legislativo (2011, p. 329). A autora clarifica que, grande parte da legislação tem origem no ramo executivo e que o parlamento maioritariamente feminino criou pouca legislação para melhorar o status ou os direitos das mulheres. Em resumo, a autora chegou a quatro conclusões principais:

- o facto de um país ter mais mulheres no governo não implica necessariamente uma maior democracia ou um governo mais democrático;
- mesmo quando implementadas como políticas por um regime autoritário, as quotas de género e as políticas de igualdade de forma mais ampla podem levar a mudanças culturais significativas nas atitudes e perceções sobre as mulheres e sua competência;
- um maior número de mulheres no governo pode levar a um aumento do ativismo político, social e económico entre todas as cidadãs, e não apenas entre as que participam nos órgãos de governo;
- por último, o aumento da autonomia das mulheres pode ter consequências negativas não intencionais, tais como discórdia conjugal, aumento das taxas de divórcio e uma maior carga de trabalho para as mulheres que já estão sobrecarregadas (Burnet, 2011, p. 330).

Clayton, Josefsson e Wang (2016, p. 2), conduziram uma investigação sobre a representação substantiva das mulheres e o efeito das quotas de género no Uganda. O objetivo foi o de analisar como é que as quotas podem mediar a relação entre o número de mulheres titulares de cargos (a representação descritiva das mulheres) e a articulação

dos interesses das mulheres (a representação substantiva das mulheres). Concluíram que os lugares reservados reforçam a representação substantiva das mulheres até mesmo num contexto semi-autárquico. Isso é possível porque “os lugares reservados no Uganda são concebidos de modo que os beneficiários das políticas sintam pressão para representar o seu círculo eleitoral” adicionalmente, “um movimento de mulheres forte e autónomo, bem como a agenda do partido no poder”, reforçam a representação substantiva (Clayton, Josefsson, & Wang, 2016, p. 24).

Um aspeto interessante salientado por este estudo é que as mulheres podem agir como poderosas representantes dos interesses das mulheres mesmo em menor regime democrático de quota (2016, p. 25). Neste estudo de caso do Uganda, os autores argumentam sobre a necessidade de se incorporar o discurso legislativo, além das análises políticas pró-mulher, para melhor compreender a representação substantiva de mulheres.

O estudo comparativo de Clayton et al. (2018), combina inquéritos à opinião pública e inquéritos aos deputados em 17 países africanos, para analisar o grau de congruências entre cidadãos e elites em questões de género. As autoras descobriram que os deputados e as deputadas têm prioridades legislativas diferentes que mapeiam as preocupações específicas dos cidadãos em relação ao género (2018, p. 93).

Em termos de congruência entre eleitores e eleitos, as autoras afirmaram que os resultados apresentaram aspetos variados de representação. Um destes aspetos indica que há convergência de prioridades específicas de género quando se fez a análise das diferenças entre os homens e mulheres, no entanto, a níveis absolutos, a priorização é totalmente diferente. Ou seja, tendo em conta as necessidades relevantes dos cidadãos, há uma coerência entre os deputados e as deputadas nas prioridades específicas, mas, em termos gerais essas prioridades divergem, sendo que, o que é prioritário para os deputados pode não o ser para as deputadas (2018, p. 93).

Um outro aspeto mostra que as deputadas “articulam um desejo de agir no interesse das mulheres”. Esta afirmação é reforçada com as conclusões de vários estudos acerca das legislaturas africanas que apontaram o facto de as parlamentares terem (e têm) desempenhado um papel importante na defesa dos interesses das mulheres, que possibilitou algumas vitórias legislativas tais como: leis de combate à violência doméstica

e violação e leis que melhoram o estatuto da mulher ao abrigo do direito da família (Clayton, Josefsson, Mattes, & Mozaffar, 2018, p. 93).

Para finalizar esta análise, deixo esta observação de Clayton et al. (2018), que aponta ter havido um aumento significativo da presença das mulheres tanto em regimes democráticos como por exemplo, na África do Sul assim como nos não democráticos ou híbridos em todo o continente, como o Ruanda e o Senegal. Na visão destas autoras, nos parlamentos menos democráticos a não representação substancial das prioridades das mulheres, implica o enfraquecimento do efeito simbólico da sua presença. E eis o porquê, dos “estudos baseados em África que examinam os efeitos da representação das mulheres no envolvimento político das mulheres cidadãs, produziram resultados contraditórios. O que as mulheres fazem nos organismos representativos pode afetar o seu poder simbólico” (2018, p. 95).

Em Cabo Verde

Para o caso Cabo-verdiano, há muitos trabalhos acerca da representação descritiva que procuram explicar os baixos níveis de representação observados ao longo dos anos. O estudo pioneiro de Monteiro (2009) analisa a participação política das mulheres em Cabo Verde, no poder executivo, legislativo e autárquicas no período após a introdução do multipartidarismo (1991 a 2006).

No terceiro capítulo desta obra, a autora refere a questão da integração das mulheres nos órgãos de poder político, e abordou três pontos focais: a representação das mulheres nos órgãos de poder político e as posições que ocupavam nesses órgãos; o acesso das mulheres ao campo político e os fatores que condicionam a efetiva participação das mulheres na política. A seguir, a autora fez a análise às formas de ocupação do campo político pelas mulheres e no final fez referência às medidas de incentivo à participação política feminina adotadas pelo Estado Cabo-verdiano Monteiro (2009, p. 109).

A conclusão a que chegou nesta análise acerca dos pontos acima referidos é: o multipartidarismo favoreceu um aumento significativo do número de mulheres nas listas eleitorais e de mulheres eleitas – tanto no parlamento como nas autarquias locais, assim como o número de mulheres nomeadas para o Governo. Todavia, “a proporção de mulheres nomeadas no total dos/as nomeados/as logo a seguir às eleições legislativas foi mais expressiva do que a proporção de mulheres eleitas no total dos/as eleitos/as, quer no Parlamento, quer para as Autarquias Locais” (Monteiro E. F., 2009, p. 162).

O fator explicativo apresentado por Monteiro (2009), referente ao baixo número de mulheres eleitas, indica que o número de mulheres candidatas efetivas era superior ao número de mulheres eleitas, tanto nas eleições legislativas como nas autárquicas; logo, pelo facto de não estarem em lugares elegíveis consequentemente não foram eleitas, pelo menos na sua maioria. Ou seja, para corrigir esse desfasamento entre o número de candidatas efetivas e eleitas é necessário incluir mais mulheres como cabeça de lista (2009, p. 162).

E para finalizar esta análise, a autora faz uma observação interessante, em que aponta os partidos políticos como os principais responsáveis pela ordenação dos candidatos nas listas eleitorais. Neste caso, cabe analisar até que ponto o partido está interessado em promover a igualdade de género nos cargos políticos e na política em geral. Torna-se necessário criar incentivos tanto para os partidos como para os cidadãos eleitores com o intuito de melhorar a representação das mulheres nos órgãos de poder político e na “própria atuação política” (Monteiro E. F., 2009, p. 163).

Na senda deste estudo, Suzano Costa (2011) procurou analisar até que ponto houve uma: “(...) evolução, as mudanças e eventuais (des) continuidades na representação política no Cabo Verde democrático e inventariar um conjunto de soluções institucionais suscetíveis de promover uma maior participação política das mulheres no arquipélago e de corrigir eventuais distorções no sistema de representação política” (2011, p. 1).

Concluiu que os obstáculos à participação política e as distorções no campo da representação política em Cabo Verde prendem-se com a “inexistência de soluções institucionais de incentivo à ocupação do campo político pelas mulheres mas, sobretudo, com o peso das tradições culturais que condiciona, por seu turno, a aceitação/aplicação de arranjos nas regras institucionais (nos sistemas eleitoral e partidário, etc.)” (2011, p. 17). Assim como os “valores patriarcais dominantes e as obtusas lógicas falocráticas não condicionam apenas a introdução dos mecanismos de discriminação positiva como também os posicionamentos públicos, a favor da paridade de género, veiculados quer no âmbito das estratégias retóricas como das políticas públicas de incentivo à igualdade de oportunidades (...) à urgência de se proceder reformas profundas no sistema de representação política e nas estratégias de recrutamento partidário” (Costa, 2011, p. 17).

Num estudo posterior, Lopes (2014), procurou analisar que fatores explicam a sub-representação de mulheres no parlamento cabo-verdiano. Um aspeto salientado pelo autor

é que: “o fenómeno da desigualdade de participação nos órgãos do poder político ainda não foi totalmente resolvido, mesmo nos países mais desenvolvidos e com democracia estabilizada, neste sentido temos que reconhecer os obstáculos de cariz formal para se atingir os objetivos da igualdade entre homens e mulheres que foram removidos em vários países e Cabo Verde pertence ao conjunto de países onde essas transformações se realizam” (2014, p. 33).

Relativamente à sub-representação das mulheres nas esferas políticas, o autor considera que para atingir a igualdade formal entre homens e mulheres é necessário o “estabelecimento, através de legislação nacional, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidatura” e a “criação de quotas através de regulamentos ou normas dos partidos políticos: aprovação da legislação condicionando a composição por sexos dos órgãos ou concelhos consultivos de nomeação política” (Lopes, 2014, p. 44).

Esses são apenas alguns exemplos de trabalhos que têm sido desenvolvidos em Cabo Verde em termos de pesquisa nas questões da representação descritiva das mulheres.

No que diz respeito à representação substantiva das mulheres, Eurídice Monteiro (2012) apresenta um estudo singular que analisa o caso de Cabo Verde quanto aos conjuntos de questões que têm sido colocados na literatura acerca da representação política das mulheres e a problemática da desigualdade de oportunidades de género e a questão das mulheres na conquista do poder e o exercício do poder político pelas mulheres.

Neste estudo a autora conclui que há uma multiplicidade de obstáculos no acesso das mulheres ao poder, e esses obstáculos abrangem algumas questões tais como: as desigualdades sociais, regionais e de género; a organização das estruturas partidárias; os processos políticos-eleitorais; os dispositivos culturais discriminatórios, a ineficácia das medidas de ação positiva no seio dos partidos políticos e o centralismo dos mecanismos estatais de promoção da igualdade de género (Monteiro E. F., 2012, p. 15).

Uma outra conclusão a que chegou a autora é da existência de grupo de mulheres privilegiadas em Cabo Verde devido ao elitismo político e às dinâmicas socioculturais dominantes. Esses fatores são positivos apenas para o acesso desse grupo de mulheres ao poder, “sobretudo ao executivo”, são mulheres que se encontram “próximas das estruturas partidárias dominantes, dos grandes centros geográficos e de famílias com elevado capital social, político e cultural” (Monteiro E. F., 2012, p. 15).

Um aspeto interessante salientado por este estudo relativamente à questão da representação substantiva é, que o facto de haver mais mulheres nos órgãos de poder político não signifique necessariamente que haverá uma maior representação substantiva dos interesses das mulheres. E que o caso cabo-verdiano “precisa de um olhar atento, na medida em que o próprio campo político se constitui histórica e socialmente como uma espécie de ilha-metrópole, cujo distanciamento em relação ao espaço da comunidade requer uma abordagem crítica e incisiva” (Monteiro E. F., 2012, p. 15).

Para finalizar este capítulo apresento alguns aspetos interessantes apontados por Semedo Silva (2017) no seu trabalho de mestrado, relativamente às medidas de promoção da participação das mulheres a nível parlamentar. Como um aspeto não só de interesse de mulheres, mas também da promoção de igualdade de género; na visão da Semedo Silva, o aumento da representação parlamentar das mulheres não só se deveu aos esforços dos partidos políticos, mas também à pressão por parte dos organismos nacionais e internacionais (2017, p. 36).

Um outro aspeto interessante neste trabalho, é mostrar uma certa convergência de informações com outros estudos já analisados acerca da participação das mulheres na política. Isto porque, os resultados das entrevistas realizadas pela própria aos deputados do parlamento cabo-verdiano, acerca das medidas mais eficazes para o aumento da participação das mulheres na política em Cabo Verde, mostraram que na visão da maioria dos deputados, a implementação de Lei da Paridade se apresenta como a melhor forma ou até mesmo, a única forma de alcançar a paridade política em Cabo Verde (2017, p. 39).

Nos capítulos que se seguem, darei início ao estudo do caso empírico de Cabo Verde. Com esta dissertação, pretendo analisar a evolução das promessas ao nível de interesses das mulheres. As principais questões apontadas pelos partidos nos seus programas de governo para a promoção da igualdade de género ao longo das legislaturas. Tendo em conta os vários estudos da representação descritiva e substantiva no geral e em Cabo Verde, realizados até agora e reconheço os valiosos contributos para esta dissertação.

Espero, com este trabalho acrescentar alguns aspetos que não foram identificados anteriormente, tais como a análise da evolução das promessas dos governos desde a primeira legislatura da fase multipartidária (1991) até à última eleição legislativa (2016). E referir também um aspeto muito interessante que é a introdução da Lei da Paridade no

país em 2019: este facto manifesta por si mesmo que se deseja provocar uma transformação nas esferas políticas, para alcançar a igualdade formal entre os homens e as mulheres.

Capítulo 4. Cabo Verde: Breve Contextualização Política

Cabo Verde foi uma antiga colônia portuguesa que adquiriu a sua independência à 5 de julho de 1975, pela mão do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este partido, fundado por Amílcar Cabral e outros, tinha como objetivo inicial a união orgânica de todas as forças nacionalistas e patrióticas, com vista à independência total da Guiné Bissau e de Cabo Verde. Nestes esforços, e embora apenas a Guiné Bissau tenha sido palco de uma guerra armada contra o governo colonial, preconizava-se a necessidade da união das mulheres e dos homens na batalha contra o “inimigo comum” – colonialismo português, Monteiro (2009, p. 75). No entanto, as mulheres não estavam apenas a mobilizar-se contra o colonialismo português mas também contra uma “alegada inferioridade social”, o que levou Monteiro (2009, p. 76) a afirmar que as mulheres Cabo-verdianas sofriam de “dupla colonização”.

O PAIGC como vários movimentos de libertação nacional colonial em África (Bauer, Darkwah, & Patterson, 2017) defendeu a necessidade de valorização e de dignificação da condição feminina, como uma forma de tentar combater as desigualdades entre os homens e as mulheres, a subordinação das mulheres e a secundarização do papel das mulheres na vida social e política. Amílcar Cabral (citado por Monteiro, 2009, p.76) enquanto líder da luta de libertação nacional, criticava a ideia da dominação masculina e incentivava a “construção da igualdade na diferença. Segundo Cabral (1976, p.165; citado por Monteiro, 2009, p.76): “a mulher tem direito de avançar, de ter instrução, de ir à escola como qualquer ser humano, para fazer qualquer trabalho, como ela é capaz de fazer”.

Após a independência os governos de partido único liderados pelo PAIGC (1975-1980), e a partir de 1980 pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)⁶, desenvolveram vários esforços para melhorar a condição das mulheres: foi reconhecido numa base universal e igual o direito de voto; em 1978, foi criada a Comissão Nacional

⁶Após as independências muitos membros do PAIGC, sobretudo na Guiné Bissau, questionaram a viabilidade do projeto binacional. Com o golpe de estado de 14 novembro de 1980, Nino Vieira toma de assalto o poder na Guiné Bissau e põe termo à irmandade estabelecida com Cabo Verde. Deste modo, em 1980, os dirigentes da ala cabo-verdiana elaboram uma Constituição temporária, que é ratificada em 1981, que termina definitivamente com a união entre os dois países. No seguimento desta alteração constitucional o PAICV torna-se o novo partido do Estado (Sanches E. , 2013).

Organizadora das Mulheres de Cabo Verde (CNOMCV); em 1980, foi ratificada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW); em 1981, foi criada a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) que teve um papel ativo ao lado do “Partido Estado” (era do monopartidarismo) no reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades entre os sexos e na promoção das mulheres, Monteiro (2009, pp. 77, 78 e 105).

Em 1980 foram estabelecidos na Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), os princípios da não discriminação em função do sexo (art.22º da CRCV); da igualdade entre os homens e as mulheres em todos os planos da vida política, económica, social e cultural (art.23º da CRCV) e da igualdade entre os filhos, independentemente do estado civil dos progenitores (nº 2 do art. 24º da CRCV), também reconhece o papel da sociedade e do Estado na proteção à infância, juventude e maternidade (art. 39º da CRCV), Monteiro (2009, p. 78).

Tal como cita Monteiro (2009), foram aprovados: o Código de Família, o Código de Menores, a União de Facto, o Divórcio de Comum Acordo e a Interrupção voluntária da Gravidez; democratizou-se o ensino possibilitando o acesso às mulheres; foi criado o sistema de Proteção Materno-infantil e o Planeamento Familiar, Monteiro (2009, pp. 78-79).

No final dos anos 80 o PAICV inicia um processo de reformas com vista a liberalizar o regime; no entanto é com o surgimento do MpD em março de 1990 que o processo de abertura ganha um novo ritmo, Sanches (2018). Nesta fase são negociadas as regras do jogo do novo sistema democrático e ainda o calendário eleitoral. É definido o sistema de governo semipresidencial e opta-se pelo sistema eleitoral proporcional de listas de partidos, com a aplicação do método d’Hondt⁷ para as eleições parlamentares e pelo sistema de maioria a duas voltas para as eleições presidenciais.

Nas sequências destas decisões, as primeiras eleições multipartidárias legislativas e presidenciais do país têm lugar em janeiro e fevereiro de 1991 respetivamente e marcam

⁷Método d’Hondt: é um modelo matemático criado pelo advogado Belga Victor D’Hondt – utilizado para converter votos em mandatos com vista à composição de órgãos de natureza colegial; <http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt> Embora este sistema tenda “a produzir, pelo menos teoricamente, sistemas de partidos eleitorais e parlamentares mais fragmentados e mais proporcionais” este não tem sido o caso de Cabo Verde (Sanches 2010, pp. 10-11).

uma viragem histórica com a vitória do MpD em ambas as eleições. Ao longo do tempo eleições regulares e relativamente livres, justas e transparentes, têm produzido um dos mais estáveis sistemas bipartidários no contexto africano, Sanches (2018). Assim, depois de perder eleições parlamentares em 1991 e 1995, o PAICV ganhou eleições subsequentes (2001, 2006, 2011) com amplo apoio parlamentar. Em contrapartida o MpD ganhou, inesperadamente, as eleições de 1991 e repetiu a vitória em 1995 e, mais recentemente, em 2016, gozando também de maiorias confortáveis.

O multipartidarismo trouxe mudanças no que diz respeito à ação política da mulher, visto que houve um aumento considerável do número de mulheres na política. Se olharmos para os dados anteriores ao multipartidarismo e no início do multipartidarismo até a legislatura atual, observamos as seguintes tendências:

Tabela 1- Presença de Mulheres no parlamento de Cabo-verdiano (nº absolutos)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Deputados	1975-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2016	2016-2021
Homens	55	57	72	76	63	66	62	57	55
Mulheres	1	6	10	3	9	6	10	15	17
Total	56	63	82	79	72	72	72	72	72

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados de RMPCV (2020)⁸ e do Parlamento de C.V.

Como se pode ver, há um enorme desequilíbrio no número de deputados e deputadas na Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Para Monteiro (2009, p. 105), persistem diversas formas de segregação social que reservam às mulheres uma posição de subalterna. Mas, na esfera política antevêm-se algumas mudanças com a aprovação do Projeto de Lei da Paridade.

No dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada a lei da Paridade⁹ em Cabo Verde, lei que procura promover a prevenção e o combate à discriminação em função do sexo assim como promover a igualdade entre homens e mulheres e deste modo “tornar efetivo os princípios da dignidade da pessoa humana, justiça e igualdade” consagrados na

⁸ RMPCV: http://portais.parlamento.cv/rmpcv/mulher_acao_politica.php

⁹ Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/Noticias.aspx?id=190962>

Constituição da República de Cabo Verde”¹⁰. De acordo com o capítulo II de Lei da Paridade, em relação a paridade na participação política, o artigo 4.º exige uma representação paritária: “a representação mínima de 40% de cada um dos sexos nas listas de candidatura aos órgãos colegiais do poder político, nomeadamente, Assembleia Nacional, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e outros órgãos supramunicipais ou inframunicipais”.

A adoção da lei resultou de uma iniciativa da Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas (RMPCV) presidida pela deputada do governo atual (MpD) da IX legislatura (2016-2021) Lúcia Passos. A RMPCV, é uma instituição parlamentar constituída por todas as deputadas eleitas; foi criada na VI legislatura (2001/2006) no governo liderado pelo PAICV. O seu principal objetivo é a promoção de uma verdadeira inclusão das mulheres na Assembleia Nacional. Desde a sua criação tem tido um bom desempenho a nível de promoção da igualdade e equidade de género na sociedade cabo-verdiana através das iniciativas legislativas e participação nos debates parlamentares acerca de questões de género¹¹.

Para além da RMPCV, estiveram envolvidas na elaboração de Lei da Paridade o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), que reúne as associações de mulheres dos partidos políticos e de várias organizações não-governamentais que lidam com as questões de igualdade de género e direitos das mulheres no país, como por exemplo a ONU Mulheres (Lei da Paridade, p.2)¹².

Após a sua elaboração, o projeto de lei da paridade foi entregue pela RMPCV aos deputados dos grupos parlamentares, para que pudessem inteirarem-se do conteúdo do mesmo e estarem mais preparados para a sua discussão e aprovação¹³.

De acordo com o site oficial do Parlamento de Cabo Verde, o Projeto de Lei da Paridade foi aprovado, em 2019, com 62 votos favoráveis (num total de 72 deputados), sendo 35 do MpD (num total de 40) e 27 do PAICV (num total de 29). Contam-se ainda 3 votos contra da UCID, a terceira força política com representação parlamentar.¹⁴ O deputado

¹⁰Lei da Paridade de C.V. -

[http://www.parlamento.cv/userfiles/file/Projeto%20de%20Lei%20da%20Paridade%20\(1\).pdf](http://www.parlamento.cv/userfiles/file/Projeto%20de%20Lei%20da%20Paridade%20(1).pdf)

¹¹ RMPCV: http://portais.parlamento.cv/rmpcv/apresentacao_rmpcv.php (p.3, 5).

¹² Lei da Paridade 2019:

[http://www.parlamento.cv/userfiles/file/Projeto%20de%20Lei%20da%20Paridade%20\(1\).pdf](http://www.parlamento.cv/userfiles/file/Projeto%20de%20Lei%20da%20Paridade%20(1).pdf)

¹³ Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/Noticias.aspx?id=190661>

¹⁴ Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/Noticias.aspx?id=190962>

João Santos Luís da UCID afirma que o partido é à favor da Lei da Paridade, no entanto é contra o facto de: “os partidos constituídos e as organizações da sociedade civil sejam excluídos por causa desta lei”¹⁵. No geral, esta é mais uma prova de que os dois maiores partidos estão empenhados na luta pela igualdade de género em Cabo Verde. E, há um grande consenso em torno desta matéria em Cabo Verde. Mesmo a UCID que votou contra, diz ser a favor da lei.

¹⁵Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/Noticias.aspx?id=190953>

Capítulo 5. Metodologia

Pergunta de partida

A igualdade de género é o quinto objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁶, em que Cabo Verde alinhou e que pretende cumprir. Para que se possa alcançá-lo e para que sejam corrigidas as desigualdades existentes na sociedade cabo-verdiana entre os homens e as mulheres, em várias dimensões, e empoderar as mulheres e raparigas, é necessário que os governantes estejam empenhados nessa missão.

Os trabalhos publicados em Cabo Verde acerca do género e representação política, são na sua maioria na perspetiva da representação descritiva. Sobre a representação substantiva foi encontrado apenas um trabalho, o da Eurídice Furtado Monteiro (2012) com o título “Entre os senhores das ilhas as descontentes. Ausência e emergência de mulheres no campo político em Cabo Verde”. É um trabalho de referência, não só por tratar da questão da presença das mulheres (representação descritiva) nos órgãos políticos, mas também por fazer uma análise acerca dos interesses das mulheres (representação substantiva).

Esta dissertação, procura analisar os pontos centrais do debate acerca da desigualdade de género, com foco nas promessas feitas pelos partidos PAICV e MpD nos seus programas de governo, na defesa dos interesses das mulheres. Como mestranda em Estudos Africanos, este trabalho enquadra-se nesta área de formação e é um contributo para a compreensão da representação substantiva no geral e, especificamente, em Cabo Verde.

O objetivo central deste estudo é responder à questão de partida: *Até que ponto os dois maiores partidos em Cabo Verde representam, do ponto de vista substantivo as mulheres entre 1991 e 2016?*

A fim de dar resposta a esta questão inicial de pesquisa, procedeu-se à análise empírica das promessas expressas em programas de governo dos dois maiores partidos políticos em Cabo Verde – Movimento para a Democracia (MpD) e Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), entre 1991 e 2016.

¹⁶ Fonte: Site da ONU Cabo Verde <https://cabo Verde.un.org/pt/sdgs>, 27/09/2020.

Os documentos analisados foram os seguintes: três programas do governo do MpD (1991-1995, 1996-2001 e 2016-2021) e três programas de governo do PAICV (2001-2006, 2006-2011 e 2011-2016). Alguns destes documentos foram obtidos através dos sites oficiais dos partidos, outros foram facultados por pessoas com afinidade a um dos partidos ou por académicos.

Neste estudo os atores são os partidos e o governo de Cabo Verde. Inicialmente, a ideia era realizar entrevistas com pessoas chave dos dois partidos, mas isso não foi possível devido à atual situação pandémica. Por conseguinte, recorreu-se à análise das promessas nos programas de governo do Movimento para a Democracia (MpD) e do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Consideramos que os programas são instrumentos de políticas nacionais e não só permitem chegar as informações à população como também, são uma forma de obter a informação sistemática e idêntica para os dois partidos. A opção por me centrar em programas de governo e não incluir também os programas eleitorais se deveu ao facto de não ter sido possível obter todos os programas eleitorais dos partidos atempadamente. O acesso tardio aos dados empíricos, constituiu um desafio na elaboração desta dissertação, mas não me impediu de prosseguir com o trabalho.

Dimensões de análise

Como especificado antes, por representação substantiva de mulheres entende-se a representação dos interesses das mulheres.

O conceito de interesses de mulheres veio gerar muitos debates, como exposto na revisão da literatura, pelo facto de haver contestação acerca do que é, ou não, do interesse das mulheres, visto que as mulheres não são um grupo homogéneo. No entanto, por mais que haja divergência de interesses entre as mulheres, haverá sempre temas que são comuns a todas as mulheres porque as afetam particularmente. Assim, a definição de *interesses de mulheres* usada nesta dissertação é a de que estes são temas/dimensões que afetam particularmente as mulheres (Espírito-Santo, Freire, & Serra-Silva, 2018).

A escolha dessas dimensões deveu-se então ao facto de, em relação a elas haver claramente desigualdade entre mulheres e homens em Cabo Verde e, pelo facto de haver um consenso comum entre todas as mulheres em Cabo Verde de que estas questões são dos seus interesses (ao contrário de temas como o aborto, em relação ao qual não se houve

falar). Por exemplo, nenhuma mulher quer que haja violência de género assim como todas querem ter acesso à saúde.

São cinco as dimensões pré-selecionadas: 1) violência de género; 2) (des)igualdade de género no acesso aos recursos; 3) participação feminina na política; 4) saúde das mulheres e 5) igualdade na educação. A escolha destas dimensões de análise justifica-se da seguinte forma:

- 1) Violência de género: esta questão é muito importante de ser analisada, e é do interesse de todos, principalmente das mulheres, visto serem as maiores vítimas deste ato. De acordo com os dados do Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) de 2017 a 2018 foram registados no total 9201 casos (tramitados + entradas), e apenas 584 foram acusados, o que indica que, dos casos que deram entrada no Ministério Público, apenas 6,35% foram ao tribunal e 37,40% dos casos foram arquivados¹⁷. Na visão do ICIEG, o facto de muitos casos serem arquivados pode estar na razão da diminuição das denúncias. Os dados mostram que ainda há muito a se fazer nesta questão. Porém em Cabo Verde há uma lei que visa prevenir e reprimir o crime de violência de género – o Decreto-Lei N.º 84/VII/11, de 10 de janeiro¹⁸, lei aprovada na VII legislatura (2006-2011).
- 2) (Des)igualdade de género no acesso aos recursos: segundo os dados do ICIEG referente ao ano 2016, as mulheres representavam 49,8% da população em Cabo Verde, no entanto, os dados de 2015 apontavam que 53% da população pobre é do sexo feminino¹⁹.
- 3) Participação feminina na política: apesar de o país ter uma boa prestação ao nível de inclusão das mulheres na política, as mulheres continuam sub-representadas no poder político – num total de 72 deputados apenas 18 são mulheres²⁰. Ainda persiste desigualdade no desempenho dos altos cargos na política, visto que, nunca houve uma mulher Primeira-Ministra ou Presidente da República.

¹⁷ ICIEG: <https://www.icieg.cv/images/phocadownload/dados-vbg-procuradoria-2016-2018.pdf>

¹⁸ RMPCV: <http://portais.parlamento.cv/rmpcv/legislacao/Decreto-Lei%20que%20regulamenta%20a%20Lei%20VBG.pdf>

¹⁹ ICIEG: <https://www.icieg.cv/images/phocadownload/Brochura-Infomaes-sobre-Mulheres-em-Cabo-Verde.pdf>

²⁰ Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/deputados2.aspx>

- 4) Saúde das mulheres: esta é a quarta dimensão de análise, e corresponde à questão da saúde da mulher/saúde materna/maternidade. A questão do acesso à saúde é um direito, e todas as mulheres têm esse direito. Segundo dados estatísticos do “Index mundi” 2017 para Cabo Verde, a taxa de mortalidade materna era de 58 para cada 100 000 nascidos (excluindo causas acidentais ou incidentais)²¹.
- 5) Igualdade na educação: a educação é um dos principais mecanismos de desenvolvimento de uma sociedade e é um direito de todos. É um dos principais meios de aprendizagem e de capacitação humana, e como benefício a participação na sociedade. A taxa de alfabetização, segundo os dados de 2015 publicados pelo ICIEG é maior nas mulheres, nas idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, portanto, 98,3% de mulheres e 97,4% de homens são alfabetizados.

Análise de conteúdo

Para analisar os programas de governo do MpD e do PAICV recorreu-se a técnicas de análise documental. Mais especificamente, foi feita uma combinação do método quantitativo e qualitativo.

O método quantitativo de análise de documentos procura extrair as informações essenciais de uma grande quantidade de documentos, “(...) sendo um método de análise do vocabulário dos textos, por processos estatísticos, à qual se recorre para a análise da frequência do aparecimento de certos vocábulos nos documentos” (Lopes dos Reis, 2010, p. 81). Ou seja, fez-se a contagem do número de vezes que cada expressão pré-selecionada aparecia nos programas do governo.

Para cada uma das cinco categorias dimensionais previamente apresentadas, foram selecionadas várias expressões chave, que foram sistematicamente procuradas e contabilizadas nos programas.

Relativamente à primeira dimensão, as expressões chave pesquisadas foram: violência doméstica; violência baseada no género; VBG; assédio sexual; assédio e violência. As palavras da segunda dimensão foram: desigualdade de género no acesso; desigualdade; igualdade de género; igualdade; acesso das mulheres; bens; acesso; emprego; economia; desemprego e justiça. Quanto à terceira dimensão, foram pesquisadas as palavras:

²¹ Index mundi:

https://www.indexmundi.com/pt/cabo_verde/taxa_de_mortalidade_materna.html

participação feminina na política; participação; participação política das mulheres; quota de género; quota; mulheres na política e participação da mulher. Na quarta dimensão, as expressões contabilizadas foram as seguintes: saúde da mulher; saúde materna; maternidade; materno; materna e saúde. Finalmente, na última dimensão, as palavras pesquisadas foram: escolarização das mulheres; escolarização; educação das mulheres; educação; igualdade na educação e formação profissional. Não obstante o capítulo seguinte incluir uma análise desta contabilização das expressões chave, encontra no Anexo B uma tabela que sumariza os resultados encontrados²².

Para além desta análise quantitativa, foi também realizada uma análise qualitativa dos documentos, visto que a este tipo de análise “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, ou seja, existe um vínculo entre a objetividade e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (Lopes dos Reis, 2010, p. 63). Esta análise permitiu uma melhor visão e compreensão das dimensões analisadas nos programas de governo. Basicamente o que se fez foi identificar de maneira sistemática as promessas feitas pelo governo para atingir as igualdades entre os homens e as mulheres na sociedade cabo-verdiana para cada uma das cinco categorias dimensionais previamente apresentadas.

Para esse efeito foram elaboradas duas tabelas (uma para cada partido) que são analisadas ao longo do capítulo seguinte. Nessas tabelas, foram selecionados, no máximo, dois excertos ilustrativos da posição do partido para cada dimensão. Os excertos selecionados consistem nos excertos mais relevantes. Para uma leitura mais completa das promessas feitas pelo governo do MpD e do PAICV por dimensões, consultar o Anexo A.

²² Todas essas expressões foram pesquisadas na perspectiva de género.

Capítulo 6. Análise empírica do caso em estudo

Violência de gênero

Na IV legislatura (1991-1995) do MpD, nada consta acerca da dimensão violência doméstica/baseada no gênero (VBG) nem mesmo a questão do assédio sexual. No entanto, nos programas de governo que apresentou quer na V (1996-2001) quer na IX legislatura (2016-2021), o MpD mencionou expressões relacionadas com esta dimensão duas vezes numa legislatura e duas vezes na outra. O objetivo do MpD para a V legislatura (1991-2001) incidia em criar leis que protegessem e que fossem rigorosas na punição de atos de violência contra as mulheres através da “aplicação e o desenvolvimento dos dispositivos legais, incluindo os constitucionais” (p.121). Na legislatura seguinte (IX) em 2016, além de meios legais, o MpD viu a necessidade de criar meios de apoio às vítimas de violência física ou psicológica. Assim, o partido pretende a: “criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica)” (p.305).

O PAICV, por sua vez, abordou em todos os seus programas de governo – VI (2001-2006), VII (2006-2011) e VIII (2011-2016) – a questão da violência doméstica. Em 2001 e em 2006, foram encontradas quatro expressões relacionadas com esta dimensão em causa, em cada programa, enquanto que, em 2011, foi encontrada apenas uma expressão. O plano do PAICV na VI legislatura era o de aperfeiçoar os meios já existentes de apoio às vítimas de violência ou seja, “(...) a cooperação com as instituições de proteção de menores e da família será otimizada, tendo em vista a implementação de um serviço público de aconselhamento familiar e atendimento às vítimas da violência doméstica” (p.16).

No segundo programa do governo do PAICV (VII – 2006-2011), uma das preocupações era apoiar as vítimas de violência, no sentido de as fazer sentirem-se mais à-vontade quando se dirigem a uma entidade para dar a conhecer o sucedido, ou seja, por exemplo, serem atendidas por agentes do sexo feminino, devidamente preparadas. Na VIII legislatura (2011-2016), o PAICV pretendia implementar a: “criação de mecanismos jurídico-institucionais no combate a todas as formas de violência e exploração das mulheres cabo-verdianas” (p.29).

Na análise de conteúdo da dimensão violência de género, pôde observar que o partido MpD não prometeu fazer nada na primeira legislatura (1991-1995). No entanto, progrediu nas legislaturas seguintes (1991-2001 e 2016-2021) e recorreu às três expressões relacionadas com violência pesquisadas, uma em cada legislatura, exceto em 2016, ano em que fez promessas para acabar com assédio no local de trabalho. O PAICV por sua vez, das três expressões de violência, utilizou mais a expressão “violência doméstica”, e ao longo do tempo as promessas do partido foram diminuindo.

(Des)igualdade de género no acesso aos recursos

O MpD, no seu programa de governo de 1991, fez uma menção relativamente à questão da igualdade de género no acesso aos recursos; em 1996, a expressão “desigualdade” foi mencionada duas vezes e na IX legislatura, o MpD fez cinco menções a “desigualdade” e cinco a “igualdade” de género no acesso aos recursos. Em 1991, a pretensão do MpD era criar uma legislação que permitisse às mulheres adquirirem a igualdade no casamento e gozar os seus direitos relativamente aos seus bens. Segundo o MpD, “será aprovado um novo código de família, (...) que garantam resultados mais justos e práticos nos domínios do casamento, da administração dos bens do casal e na regulação do poder paternal” (p.6). No seu programa de governo de 1996, o objetivo do MpD consistia em diminuir as desigualdades do género existentes no exercício laboral através da “promoção de programas específicos de combate ao desemprego feminino” (p.121). Enquanto que em 2016, a promessa governamental do MpD era eliminar as desigualdades estruturais existentes e “que impedem o pleno acesso das mulheres aos bens, serviços e recursos socioeconómicos” (p.301).

Para a dimensão (des)igualdade de género no acesso aos recursos, em 2001, o PAICV mencionou duas vezes a expressão “desigualdade” e fez uma menção à “igualdade” no acesso aos recursos; enquanto que para o ano 2006, o número de menções aumentou, sendo que, fez uma menção à expressão “desigualdade” e cinco à expressão “igualdade” no acesso aos recursos. Embora em 2011, o PAICV tenha feito apenas uma menção à expressão relacionada com a igualdade de género no acesso aos recursos.

Em 2001, no seu programa de governo, o PAICV pretendia criar um equilíbrio entre os homens e as mulheres, através da promoção de melhores condições de vida das mulheres, com a diminuição das desigualdades existentes. O partido reconhecia que, apesar dos avanços significativos alcançados pelas mulheres, subsistiam constrangimentos ao nível

literário, cultural e de qualificação profissional, que estavam na origem de desigualdade de oportunidades e de discriminação contra as mulheres.

A promessa no programa de governo do PAICV de 2006 consistia em desenvolver legislação que promovesse a igualdade de género em todos os sentidos através da criação e implementação de políticas relacionadas com a igualdade entre os sexos. O partido prometeu a elaboração e aprovação do plano nacional para a igualdade e equidade de género, “visando uma maior democratização do sistema de relações do poder, a melhoria de oportunidades a todos os níveis” (p.79).

Por fim, em 2011 o governo do PAICV não só prometeu lidar seriamente com a questão da igualdade de género, mas também criar: “um maior acesso das mulheres ao empreendedorismo económico, o incentivo à formação das mulheres na área científica” (p.29).

Na primeira legislatura, o partido MpD fez promessas a pensar na família, fala da mulher como a matriarca da casa e depois compromete-se que permitam às mulheres um acesso aos bens igual aos dos homens (maridos/parceiros). Nas legislaturas seguintes, o partido já inclui as mulheres e os seus direitos de acesso a nível profissional, social e económico. O PAICV, tal como o MpD, começa por falar da mulher no seio familiar, no entanto, não deixa de referir, desde as primeiras legislaturas, as promessas para as mulheres, a nível do acesso à educação, emprego, desporto e formação profissional. Ao longo das legislaturas, as promessas do partido para com as mulheres a nível de igualdade de acesso aos recursos foram diminuindo.

Participação feminina na política

As mulheres fazem parte da sociedade, é de direito fazerem parte dos órgãos de decisões políticas. É com este intuito que esta dimensão irá permitir identificar até que ponto os dois maiores partidos têm essa questão em conta.

No programa de governo do MpD para a IV legislatura (1991-1995) não foi utilizada nenhuma das expressões contempladas para esta dimensão, enquanto que na V legislatura (1996-2001) o partido usou três expressões e na IX legislatura (2016-2021), quatro palavras relacionadas com a expressão “participação feminina na política” e uma expressão “participação da mulher na vida pública”.

Para o programa de governo de 1996, o MpD fez um reconhecimento relativamente à questão da participação feminina na política, ao dizer que: “a mulher cabo-verdiana

sempre desempenhou um papel relevante na vida (...) política do país, apesar da existência de fatores adversos, de ordem essencialmente cultural, que ainda subsistem” (p.121). Mas não disse o que pretende fazer para resolver essa questão. No entanto, em 2016, para eliminar os fatores adversos apontados no programa de governo de 1996, o MpD, prometeu promover a participação da mulher na vida pública, através da: “aprovação e implementação da lei da paridade que define os critérios de repartição equitativa de acesso, entre homens e mulheres, aos postos de decisão nos diversos sectores da vida económica, social e política” (p.305). Em 2019, a deputada do MpD Lúcia Passos, ilustra o comprometimento do partido num artigo do jornal²³: “acreditamos que, neste momento, o parlamento está a dar um sinal positivo e um passo muito importante para nos unirmos em torno de uma acção coletiva da adoção de uma agenda nacional de paridade de género, como sinal do seu reconhecimento do imperativo da igualdade entre homens e mulheres”.

A expressão “participação feminina na política” foi mencionada no programa do governo do PAICV nas três legislaturas. Em 2001, fez duas menções de palavras relacionadas com a expressão; enquanto que, em 2006 foi feita apenas uma menção e duas em 2011.

O programa do governo do PAICV para 2001 prometeu promover a participação das mulheres na política, através da seguinte política: “(...) criação de mecanismos que encorajem a sua participação no processo eleitoral e nas atividades políticas, nomeadamente através da institucionalização de quotas mínimas em lugares elegíveis” (p.5). Só que não cumpre – visto que a Lei da Paridade só veio a ser adotada mais tarde (no mandato do MpD em 2016).

E, em 2006, o governo do PAICV propôs no seu programa reforçar a participação das mulheres na política: “apesar dos avanços já alcançados, sobretudo no plano jurídico-legal, impõe-se o reforço de ações no sentido da criação de condições para o exercício efetivo da cidadania (...), em particular no plano da participação política e económica” (p.79).

Em 2011, o governo do PAICV, promete a implementação de uma agenda para a igualdade e equidade de género com o objetivo de: “permitir uma participação efetiva das mulheres em espaços de decisão e de poder” (p.29). Em 2019, o deputado Clovis Silva

²³ Jornal Expresso das Ilhas: <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/10/30/lei-da-paridade-parece-reunir-consenso-entre-os-partidos/66366>

do PAICV afirma num jornal que “o Estado de Cabo Verde deve garantir a remoção de todos os obstáculos que possam impedir o pleno desenvolvimento da pessoa humana e limitar a igualdade dos cidadãos e a efetiva participação destes na organização política”²⁴.

O MpD nas duas primeiras legislaturas não fez promessas para promover a participação feminina na política, na segunda legislatura ainda mencionou o papel relevante que a mulher cabo-verdiana possuía em todas as dimensões, no entanto não fez menção do que pretendia fazer para que as mesmas tivessem acesso aos órgãos de decisão. No entanto, na terceira legislatura, o partido mostrou-se muito comprometido em trabalhar e criar mecanismos possíveis que facilitassem a participação feminina na política, a prova é a adoção da lei da paridade em 2019 na sua legislatura. Pelo contrário, o PAICV, desde a primeira legislatura (2001-2006), se mostrou empenhado nas suas promessas ao nível de inclusão das mulheres na política; é notável a pretensão do partido em começar a igualdade pela inclusão das mulheres na política. Visto que a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV) foi criada durante a legislatura de 2001-2006, com o objetivo de promover uma verdadeira inclusão na Assembleia Nacional e para que as mulheres deputadas possam dar resposta para “às necessidades e interesses específicos e estratégicos das mulheres”²⁵.

A RMPCV, agora presidida pela deputada do MpD Lúcia Passos para o mandato da IX legislatura (2016-2021), apresentou a proposta do projeto de Lei da Paridade que foi aprovada na Assembleia Nacional da República de Cabo Verde em outubro de 2019²⁶. Em geral, há um grande consenso entre os dois partidos para a promoção da igualdade de género na política.

Saúde das mulheres

No programa de governo de 1991, o MpD mencionou a “saúde materna” duas vezes; no de 1996 fez três menções à maternidade e em 2016 foi o ano em que o partido fez mais promessas acerca do que pretendia desenvolver a nível da saúde da mulher e saúde materna, tendo referido duas vezes a “saúde da mulher”, três vezes a saúde materna” e uma vez a “maternidade”.

²⁴ Expresso das Ilhas: <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/10/30/lei-da-paridade-parece-reunir-consenso-entre-os-partidos/66366>

²⁵ RMPCV: http://portais.parlamento.cv/rmpcv/apresentacao_rmpcv.php

²⁶ Parlamento de C.V. <http://www.parlamento.cv/Noticias.aspx?id=190962>

Segundo o programa de governo do MpD de 1991, o partido pretendia dar prioridade à saúde materna: “na execução dessa política, o governo priorizará os aspetos ligados à saúde materno-infantil e ao planeamento familiar” (p.40).

Enquanto que em 1996, o partido afirmou: “reduzir a maternidade precoce e a paternidade irresponsável, numa perspetiva preventiva” (p.122).

Já, em 2016, uma das ações que o governo do MpD garantiu foi de reduzir a taxa de mortalidade infantil no prazo de dez anos: “um país sem listas de espera na saúde e a garantir uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria do acesso à saúde e à saúde materno-infantil” (p.29).

O governo do PAICV, no programa de 2001, fez uma menção à “saúde da mulher” e à “saúde materna”; no de 2006, uma menção à expressão “maternidade”, enquanto que em 2011, o programa do governo do PAICV, só continha uma palavra relacionada com acesso à “saúde da mulher”.

O PAICV em 2001, no seu programa de governo garantiu tratar da questão da saúde materno-infantil: “melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de planeamento familiar e de saúde materno-infantil, com prioridade para as ações preventivas” (p.32). No entanto, em 2006, o partido assegura mais e melhores serviços de saúde através da construção de hospitais e de uma maternidade. Por outro lado, o programa de PAICV para 2011, tinha apenas uma menção dando a entender que a questão da saúde da mulher estaria resolvida: “as mulheres e crianças podem aceder mais facilmente a hospitais” (p.2).

Em geral, o MpD mostrou-se mais preocupado com esta dimensão tendo elaborado várias promessas direcionadas para a saúde da mulher, visando nomeadamente, a diminuição da gravidez precoce e irresponsável e garantir o acesso à saúde materno-infantil. Por sua vez, o PAICV, revelou-se mais preocupado com a construção de infraestruturas – Hospitais e maternidade.

Igualdade na educação

O governo do MpD, no seu programa para 1991, não fez nenhuma menção à educação das mulheres; no entanto, para 1996, o partido fez apenas uma menção, bem como em 2016, em que referiu uma vez “igualdade pela educação” e fez quatro promessas relacionadas com essa expressão.

No seu programa de governo para 1996, o MpD prometeu a inclusão das mulheres na educação: “um tratamento mais favorável às mulheres chefes de família e às mães solteiras na educação, na obtenção da formação profissional e de habitação própria” (p.122). Já em 2016, o governo do MpD prometeu começar a igualdade através da educação, com vista a “garantia do acesso efetivo à educação” e a “capacitação dos professores para a inclusão da perspectiva de género no processo educativo” (p.304).

No programa do governo do PAICV para 2001, o partido mencionou duas vezes a palavra relacionada com a expressão educação das mulheres, assim como duas à formação profissional; enquanto que, em 2006 o partido não referiu uma única vez a “igualdade na educação”; no entanto, em 2011, afirmou que tanto as mulheres como as crianças poderiam aceder mais facilmente às escolas.

De acordo com o programa do governo de 2001 do PAICV, o partido iria promover a educação das mulheres através do fortalecimento dos organismos responsáveis, ou seja, comprometeu-se a: “reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, (...) no acesso (...) à formação profissional, (...) à educação” (p.32);

Por outro lado, em 2011, o partido afirma que: “as mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente (...) às escolas” (p.2), ou seja, dá o assunto como resolvido, à semelhança do que fez com a saúde das mulheres.

O governo do MpD revelou, nas duas últimas legislaturas, um assinalável comprometimento com a questão da igualdade de educação. O partido prometeu começar a igualdade pela educação e fez inúmeras promessas no seu terceiro programa de governo. Nesta dimensão, o PAICV prometeu no seu primeiro programa de governo – priorizar as políticas públicas no domínio da educação e dirigidas às mulheres e jovens.

Tabela 2- Análise de conteúdo dos programas do governo legislativo do MpD (1991, 1996 e 2016)²⁷

	1991-1995 IV – legislatura	1996-2001 - V legislatura	2016 -2021 - IX legislatura
Violência de género		<p>“a nova lei deverá proporcionar uma proteção especial à mulher e à criança, particularmente nas situações de violência, de crise e rutura conjugais, prevendo medidas cautelares, preventivas e sancionatórias, que salvaguardam os seus direitos e interesses legítimos” (p.10).</p> <p>“o reforço, a rigorosa aplicação e o desenvolvimento dos dispositivos legais, incluindo os constitucionais, de combate à discriminação feminina e à violência física e psicológica sobre a mulher” (p.121).</p>	<p>“criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica)” (p.305).</p> <p>“formulação de políticas que articulam medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação mais efetiva de medidas preventivas e repressivas” (p.305).</p>
(Des)igualdade de género no acesso aos recursos	<p>“será aprovado um novo código de família, aproximando as soluções normativas da realidade sociocultural do país, preenchendo inúmeras lacunas que se fazem sentir na matéria e introduzindo disposições que garantam resultados mais justos e práticos nos domínios do casamento, da administração dos bens do casal e na regulação do poder paternal. O novo código deverá proporcionar uma proteção especial à mulher e à criança, prevendo medidas cautelares que salvaguardem os</p>	<p>“a política do Governo para a promoção da mulher será despida de qualquer base preconceituosa e paternalista, no pressuposto de que se o problema é social e merece, assim, a mobilização da sociedade para a solução, à mulher, como sujeito consciente e ativo, como membro da comunidade e cidadã, compete a iniciativa e a liderança da sua própria promoção” (p.121).</p> <p>“(ii) a promoção de programas específicos de combate ao desemprego feminino, nos quais se terá em conta as grandes possibilidades que existem nos domínios da criação do autoemprego e das microempresas” (p.121)</p>	<p>“eliminar as desigualdades estruturais que impedem o pleno acesso das mulheres aos bens, serviços e recursos socioeconómicos” (p.301).</p> <p>“- promoção de igualdade de acesso aos serviços financeiros, infraestruturas, saúde, água, saneamento e ao mercado de trabalho” (p.301)</p>

²⁷Nesta tabela foram incluídos no máximo dois excertos para cada dimensão, a fim de poder dar uma explicação mais geral acerca das promessas feitas pelo MpD nos seus programas de governo. No Anexos A (tabela A1), está a tabela com informações mais completa dos excertos.

	seus direitos e interesses legítimos” (p.6).		
Participação feminina na política		“a mulher cabo-verdiana sempre desempenhou um papel relevante na vida (...) política do país, apesar da existência de fatores adversos, de ordem essencialmente cultural, que ainda subsistem” (p.121).	“garantia de voz ativa às mulheres no processo decisório em todos os assuntos de interesse público a que a elas dizem respeito” (p.301). “Promover a participação da mulher na vida pública: aprovação e implementação da lei da paridade que define os critérios de repartição equitativa de acesso, entre homens e mulheres, aos postos de decisão nos diversos sectores da vida económica, social e política” (p.305)
Saúde das mulheres	“a política de saúde que o governo se propõe implementar visará: (...) - apoiar e dar maior atenção aos grupos de maior risco, nomeadamente crianças, grávidas (...)” (p.39). “na execução dessa política, o governo priorizará os aspetos ligados à saúde materno-infantil e ao planeamento familiar” (p.40).	“(i) reduzir a maternidade precoce e a paternidade irresponsável, numa perspetiva preventiva” (p.122).	“é nosso compromisso garantir, dentro de dez anos: um país sem listas de espera na saúde e a garantir uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria do acesso à saúde e à saúde materno-infantil” (p.29). “cuidados adequados à saúde da mulher: implementação efetiva do programa de atenção integral à saúde da mulher (PAISM) com desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo cuidados com a saúde mental e ocupacional;” (p.304).
Igualdade na educação		“com este propósito, o governo defende: (iii) um tratamento mais favorável às mulheres chefes de família e às mães solteiras na educação, na obtenção da formação profissional e de habitação própria” (p.122).	“- garantia do acesso efetivo à educação; - capacitação dos professores para a inclusão da perspetiva de género no processo educativo” (p.304).

Fonte: Elaborada pela autora: Programas do governo de 1991, 19996 e 2016 obtidos do site do partido e fontes externas. Os excertos estão em letras minúsculas propositadamente.

Tabela 3 – Análise de conteúdo dos programas do governo legislativo do PAICV (2001, 2006 e 2011)²⁸

	2001 – 2006 VI legislatura	2006-2011 VII legislatura	2011-2016 VIII legislatura
Violência de género	<p>“i) a cooperação com as instituições de proteção de menores e da família será otimizada, tendo em vista a implementação de um serviço público de aconselhamento familiar e atendimento às vítimas da violência doméstica” (p.16).</p> <p>“2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio nas relações homem-mulher: adotar políticas vigorosas de combate à violência doméstica de que as mulheres são as principais vítimas” (p.32).</p>	<p>“atribuir especial atenção, na estruturação e no funcionamento das casas do direito e nas casas do cidadão, às questões ligadas à violência doméstica e à redução das desigualdades no acesso aos serviços” (p.80).</p> <p>“no que respeita a violência doméstica, dotar as esquadras da polícia de ordem pública de serviço de atendimento específico, integrados por agentes do sexo feminino com preparação apropriada” (p.80).</p>	<p>“(…) criação de mecanismos jurídico-institucionais no combate a todas as formas de violência e exploração das mulheres cabo-verdianas” (p.29).</p>
(Des)igualdade do género no acesso aos recursos	<p>“apesar dos avanços significativos registados relativamente à situação da mulher em muitos domínios, o Governo está consciente que ainda há muito por fazer e que subsistem constrangimentos, ao nível de insuficiências literárias, culturais e de qualificação profissional, que impedem a mulher de participar plenamente na vida económica, política e social do país, e que resultam, desse modo, em desigualdade de oportunidade e discriminação em relação à mulher” (p.32).</p> <p>“definir e promover políticas integradas e multisectoriais que promovam e melhorem as condições de vida da mulher, reduzindo as desigualdades ainda existentes” (p.32)</p>	<p>“as novas exigências e as novas oportunidades conseguidas pelo país exigem criação e implementação de políticas relacionadas com a igualdade, equidade e paridade entre os sexos” (p.79)</p> <p>“de realçar a elaboração a aprovação do plano nacional para a igualdade e equidade de género, visando uma maior democratização do sistema de relações do poder, a melhoria de oportunidades a todos os níveis, a mudança de comportamentos e atitudes e uma eventual discriminação positiva da mulher quando tal se mostrar necessário” (p.79).</p>	<p>“(…), um maior acesso das mulheres ao empreendedorismo económico, o incentivo à formação das mulheres na área científica (...)” (p.29).</p>
Participação feminina na política	<p>“ainda no respeitante às mulheres, zelará o Governo pela criação de mecanismos que encorajem a sua participação no processo eleitoral e nas atividades políticas,</p>	<p>“apesar dos avanços já alcançados, sobretudo no plano jurídico-legal, impõe-se o reforço de ações no sentido da criação de condições para o exercício efetivo da cidadania que, ao</p>	<p>“a implementação gradativa de uma Agenda para a Igualdade e Equidade de Género deverá permitir uma participação efetiva das mulheres em</p>

²⁸ Nesta tabela foram incluídos no máximo dois excertos para cada dimensão, a fim de poder dar uma explicação mais geral acerca das promessas feitas pelo PAICV nos seus programas de governo. No Anexos A (tabela A2), está a tabela com informações mais completa dos excertos.

	<p>nomeadamente através da institucionalização de quotas mínimas em lugares elegíveis” (p.5).</p> <p>2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio nas relações homem-mulher</p> <p>“-promover a igualdade de oportunidade com vista a uma real participação da mulher nas atividades (...), políticas (...) e a uma melhor e maior intervenção nas instâncias de decisão” (p.32).</p>	<p>mesmo tempo, favoreçam a eliminação gradual das situações de violência e discriminação, da proteção de direitos e muito em particular no plano da participação política e económica” (p.79).</p>	<p>espaços de decisão e de poder, desde as Associações de Base Comunitária aos Órgãos de Soberania, a elaboração do Orçamento de Estado considerando a abordagem género” (p.29).</p>
Saúde das mulheres	<p>“- reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, (...), no acesso (...) à saúde (...)” (p.32).</p> <p>“- melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de planeamento familiar e de saúde materno-infantil, com prioridade para as ações preventivas” (p.32).</p>	<p>“continuação da construção e equipamento de infraestruturas sanitárias, (...) dos novos centros de saúde da Praia e da maternidade e central de consultas do hospital Agostinho Neto” (p.50).</p>	<p>“As mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente a hospitais” (p.2).</p>
Igualdade na educação	<p>“25. (...) as mulheres vão estar também na vanguarda das prioridades do governo no capítulo das políticas sociais. assim, políticas específicas nos domínios (...) da educação e do desporto, da formação profissional, (...) e do fomento empresarial dirigidas aos jovens e às mulheres serão implementadas” (p.4-5).</p> <p>“reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, (...), no acesso (...) à formação profissional, (...), à educação” (p.32).</p>		<p>“as mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente (...) às escolas” (p.2).</p>

Tabela elaborada pela autora com base nos dados dos programas do governo de 2001, 2006 e 2011 obtidos dos sites do partido e fontes externas. Os excertos estão em letras minúsculas propositadamente.

Conclusão

No continente africano, para alguns autores, a desigualdade política entre homens e mulheres deve-se ao baixo empenho dos legisladores na formulação de políticas públicas que promovam a igualdade de género no acesso aos lugares de topo e de tomada de decisão (Campbell, Childs & Lovenduski, 2010; Bauer, 2016). E especificamente sobre a representação substantiva em África, concluiu-se que muitas vezes, o facto de haver mais mulheres na política, não significa que irão representar melhor interesses das mulheres. Por exemplo, o Ruanda é o país com maior representação parlamentar de mulheres no mundo, no entanto, isso não afetou a sua política positivamente para a inclusão das questões das mulheres nos debates e a defesa dos interesses das mesmas (Burnet, 2011).

Cabe aos partidos políticos, como agentes fundamentais do recrutamento de representantes políticos, e aos deputados estarem ou não comprometidos com a promoção e aprovação de iniciativas políticas que contribuam para a inclusão das mulheres nos principais meios de tomada de decisão política, bem como para a defesa dos seus interesses. Neste estudo, procurou-se responder à seguinte pergunta de partida – Até que ponto os dois maiores partidos em Cabo Verde representam, do ponto de vista substantivo as mulheres entre 1991 a 2016? Para responder a esta pergunta foi realizada uma análise de conteúdo dos programas de governo do MpD da IV legislatura (1991-1995), V legislatura (1996-2001) e da IX legislatura (2016-2021), bem como programas de governo do PAICV da VI legislatura (2001-2006), VII legislatura (2006-2011) e da VIII legislatura (2011-2016). Foram considerados o MpD e PAICV porque são os maiores partidos em Cabo Verde a nível de representação parlamentar e porque foram os únicos partidos a liderar os sucessivos Governos desde a transição para a democracia em 1991.

Em relação à evolução dos dois partidos quanto à igualdade de género em todas as dimensões analisadas nas seis legislaturas, pôde-se observar uma clara evolução por parte do MpD. Enquanto em 1991, o seu programa de governo não continha muitas promessas que visassem a igualdade de género, ao longo das legislaturas seguintes o partido começou a incluir mais questões das mulheres nos seus programas de governo, sendo que a IX legislatura (de 2016 a 2021) foi a que mencionou mais promessas endereçadas às mulheres.

O PAICV, pelo contrário, sofreu a tendência oposta: houve um decréscimo relativamente à inclusão de questões relacionadas com a igualdade de género nos seus programas de governo ao longo do tempo. Com efeito, o programa de governo do PAICV para a VII legislatura (de 2006 a 2011) foi o que continha mais questões das mulheres em diferentes dimensões. Não permanece clara a razão desta evolução do PAICV. Por ter tido três mandatos seguidos, pode dar-se o caso de os dirigentes do partido acreditarem de facto que a igualdade, nas várias dimensões, estaria atingida. Outra possível interpretação, é que a diminuição de promessas ao longo do tempo pode dever-se a uma diminuição do comprometimento do partido com esta causa (é uma das questões por responder em pesquisas futuras).

Em geral, ambos os partidos emergem como bastante comprometidos com a igualdade de género. Esta conclusão é fundamentada com os conteúdos dos três programas elaborados pelo governo do MpD para as três legislaturas (1991-1995; 1996-2001 e 2016-2021) com o intuito de promover a igualdade de género, antes descritos. Para além disso, nos três programas de governo do MpD foram encontradas um total de 40 promessas enquanto que nos programas do PAICV, estavam expressas um total de 34 promessas para as mulheres.

Entre as cinco dimensões analisadas, a (des)igualdade de género no acesso aos recursos é a que mais vezes foi mencionada nos programas do governo de ambos os partidos em todas as legislaturas e é a dimensão que os dois partidos mais prometeram trabalhar. Pelo contrário, a dimensão menos mencionada é a relativa à educação. Ainda assim, ambos os partidos fizeram promessas de grande importância para promover a igualdade na educação.

Este estudo propôs analisar a representação substantiva de questões de mulheres em Cabo Verde a partir da perspectiva dos partidos. Por um lado, acrescenta à literatura existente sobre representação política em África, que ainda se foca maioritariamente na dimensão descritiva. Por outro lado, aumenta o nosso conhecimento sobre a forma como os partidos se mobilizam em torno de questões de género. Os estudos que conhecemos têm salientado sobretudo o papel das organizações de mulheres na mobilização de questões de mulheres em África, e com esta análise quisemos ampliar o conhecimento sobre o leque de atores que participam deste processo. A perspectiva dos partidos, em particular os que estão no governo, é relevante pois são eles que em último caso formulam as políticas públicas.

Este estudo também apresenta algumas limitações. A primeira reside no facto de a análise se centrar nas promessas e não nas ações do governo. Daqui decorre que não é possível aferir se as intenções plasmadas nos programas de governo foram ou não cumpridas. A segunda tem a ver o facto de não termos considerado outras fontes – como por exemplo os discursos parlamentares – que seriam úteis para perceber de que forma são debatidas questões de género na casa da democracia. Estas e outras questões a que este estudo não deu resposta, podem ser investigados em futuros estudos sobre representação substantiva em Cabo Verde.

FONTES

Instituto Nacional de Estatística – INE

Inter-Parliamentary Union – IPU

Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género – ICIEG

Jornal a Semana

Lei da Paridade

Professora Edalina – Programas de governo de MpD

Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas – RMPCV

Site oficial de Parlamento de Cabo Verde

Site oficial do Partido Africano da Independência de Cabo Verde

Bibliografia

- Bauer, G. (2012). Let there be a Balance': Women in African Parliaments. *Sage Journals*, 10, 370-384. doi:10.1111/j.1478-9302.2012.00272.x
- Bauer, G. (2016). What is wrong with a woman being chief? Women Chiefs and Symbolic and Substantive Representation in Botswana. *Journal of Asian and African Studies*, 51(2), 222-237. doi: 10.1177/0021909614545700
- Bauer, G., Darkwah, A., & Patterson, D. (2017, December 19). Women and Post-Independence African Politics. *Oxford Research Encyclopedias*, p. 21. doi:<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.202>
- Burnet, J. E. (2011). Women Have Found Respect: Gender Quotas, Symbolic Representation, and Female Empowerment in Rwanda. *Politics and Gender*, 7, 303-334. doi:10.1017/S1743923X11000250
- Campbell, R., & Childs, S. (2015). All Aboard the Pink Battle Bus? Women Voters, Women's Issues, Candidates and Party Leaders. *Oxford Journals*, 206-223. doi:10.1093/pa/gsv036
- Campbell, R., Childs, S., & Lovenduski, J. (2010). Do Women Need Woman Representatives?. *British Journal of Political Science*, 171-194. doi:10.1017/S0007123409990408
- Celis, K., & Childs, S. (2008). Introduction: The Descriptive and Substantive Representation of Women: New Directions. *Oxford Journals*, 61(3), 419-425. Retrieved from <http://pa.oxfordjournals.org/>
- Celis, K., Childs, S., Kantola, J., & Krook, M. L. (2008, July). Rethinking Women's Substantive Representation. *Representation*, pp. 99-110.
- Celis, K., Childs, S., Kantola, J., & Krook, M. L. (2009, September). Constituting Women's Interests through Representative Claims. p. 33. Retrieved may 02, 2020, from <https://ssrn.com/abstract=1465251>
- Childs, S., & Krook, M. L. (2006, Dezembro). Should Feminist Give Up on Critical Mass? A Contingent Yes. *Politics & Gender*, 2, pp. 522-530.
- Childs, S., & Lovenduski, J. (2013). Political Representation. (G. Waylen, K. Celis, J. Kantola, & S. L. Weldon, Eds.) *Political Representation*. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199751457.013.0019
- Childs, S., & Lovenduski, J. (2013). Political Representation. (G. Waylen, K. Celis, J. Kantola, & S. Weldon, Eds.) 489-513. doi:10.1093/oxfordhb/9780199751457.013.0019
- Childs, S., Webb, P., & Mathaler, S. (2010, 6). Constituting and Substantively Representing Women: Applying New Approaches to a UK Case Study. *Politics and Gender*, pp. 199-223. doi: 10.1017/S1743923X10000048

- Clayton, A., Josefsson, C., & Wang, V. (2016). Quotas and Women's Substantive Representation: Evidence from a Content Analysis of Ugandan Plenary Debates. pp. 1-29. doi: <https://doi.org/10.1017/S1743923X16000453>
- Clayton, A., Josefsson, C., Mattes, R., & Mozaffar, S. (2018). In Whose Interest? Gender and Mass-Elite Congruence in Sub-Saharan Africa. *Sage Journals*, 69-101. doi:<https://doi.org/10.1177%2F0010414018758767>
- Cockburn, C. (1996). Strategies for Gender Democracy. *The European Journal of Women's Studies*, 3, 7-26.
- Costa, S. (2011). Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático. *Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático*, in Carmelita Fonseca & Celeste Fortes (Org.), *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspetivas*. Retrieved from https://www.academia.edu/5891890/Mulheres_e_Participa%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADtica_no_Cabo_Verde_Democr%C3%A1tico
- Country Meters. (2020, 06 08). *Country Meters*. Retrieved from Country Meters: <https://countrymeters.info/en/Africa>
- Espírito-Santo, A., Freire, A., & Serra-Silva, S. (2018). Does women's descriptive representation matter for policy preferences? The role of political parties. *Sagepub*, 1-11. doi:<https://doi.org/10.1177/1354068818764011>
- Évora, R. (2018). Representação e Comportamento Político na Perspetiva do Género em Cabo Verde. *Journal of Cape Verdean Studies*, 3(1), 58-65. Retrieved from http://vc.bridgew.edu/jcvs/vol3/iss1/4?utm_source=vc.bridgew.edu%2Fjcvs%2Fvol3%2Fiss1%2F4&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages
- IPU, I.-P. (2020). Women in Politics: 2020. *Women in Politics:2020*. Retrieved from <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2020-03/women-in-politics-2020>
- Kandawasvika-Nhundu, R. (2014, March 1). Political Parties in Africa through a Gender Lens. *International IDEA - International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, p. 104.
- Lopes dos Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado - Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Lopes, A. (2014). A problemática da participação das mulheres na política: o caso do parlamento cabo-verdiano. *A problemática da participação das mulheres na política: o caso do parlamento cabo-verdiano*, pp. 33-46. Retrieved from <https://lantuna.files.wordpress.com/2013/01/a-problema3a1tica-da-participac3a7c3a3o-das-mulheres-33-46.pdf>
- Mackay, F. (2008). "Thick" conceptions of substantive representation: women, gender and political institutions. *Representation*, 44(2), 125-139. doi:10.1080/00344890802079607

- Mansbridge, J. (2003). "Rethinking Representation." *The American Political Science Review*. *JSTOR*, 515-528. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3593021>
- Mcbride, D. E., & Mazur, A. G. (2013). Women's Policy Agencies and State Feminism. (G. Waylen, K. Celis, J. Kantola, & S. L. Weldon, Eds.) doi: 10.1093/oxfordhb/9780199751457.013.0026
- Monteiro, E. F. (2009). *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais. Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*. (Vol. 1). Praia - Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV.
- Monteiro, E. F. (2012). Entre os senhores das ilhas e as descontentes - Ausência e emergência de mulheres no campo político em Cabo Verde (Tese de doutoramento). *Entre os senhores das ilhas e as descontentes - Ausência e emergência de mulheres no campo político em Cabo Verde (Tese de doutoramento)*. Coimbra. Retrieved from <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/23324/1/TeseCompleta-vol.I.pdf>
- Phillips, A. (2001). De uma Política de Ideias a uma Política de Presença? pp. 268-290. Retrieved 20 04, 2020, from <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>
- Pitkin, H. F. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Reingold, B., & Swers, M. (2011). An Endogenous Approach to Women's Interests: When Interests Are Interesting in and of Themselves. *Politics & Gender*, 429-435.
- Sanches, E. (2013). Institucionalização do sistema partidário e democratização em Cabo Verde: 1991-2011. in C.M. Sarmiento & S. Costa (Eds.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. *Almedina*, pp. 249-270. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/269275226_Institucionalizacao_do_Sistema_Partidario_e_democratizacao_em_Cabo_Verde_1991-2011
- Sanches, E. (2018). *Party Systems in Young Democracies. Varieties of institutionalization in Sub-Saharan Africa* (1 ed.). London: Routledge.
- Sanches, E. R. (2010). Partidos e Democracia: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada. *CIEA7 #13: ICS-UL 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Retrieved from https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2270/1/CIEA7_13_SANCHES_Partidos%20e%20Democracia.pdf
- Sapiro, V. (1981). Research Frontier Essay: When Are Interests Interesting? The Problem of Political Representation of Women. *Research Gate*, 75, pp. 701-716. doi:10.2307/1960962
- Semedo Silva, É. P. (2017). *Participação Política das Mulheres em Cabo Verde: Estudo de caso das eleições legislativas de 2016*. Dissertação de Mestrado em Estudos Internacionais. ISCTE-IUL. Lisboa.

- Tripp, A. M. (2000). *Women and politics in Uganda*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Vetten, L. (2016, dezembro). A Representação Política faz prestar atenção à opinião das Mulheres? Lições da África do Sul. p. 6. Retrieved from <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13175.pdf>
- Vidal, S. J., & Sanches, E. (2019). Representação política das mulheres em Moçambique.
- Waylen, G., Celis, K., Kantola, J., & Weldon, S. L. (2013). *The Oxford Handbook of Gender and Politics*. New York: Oxford University Press. doi:10.1093/oxfordhb/9780199751457.001.0001
- Weldon, S. L. (2002, November). Beyond Bodies: Institutional Sources of Representation for Women in Democratic Policymaking. *The Journal of Politics*, 1153-1174.

ANEXOS

Anexo A

Tabela A1 - Análise de conteúdo dos programas do governo legislativo do MpD (1991, 1996 e 2021)

	1991-1995 IV – legislatura	1996-2001 - V legislatura	2016 -2021 - IX legislatura
Violência doméstica/baseada no género (VBG)/Assédio sexual		<p>A. No domínio da reforma legislativa: “a (...) a nova lei deverá proporcionar uma proteção especial à mulher e à criança, particularmente nas situações de violência, de crise e rutura conjugais, prevendo medidas cautelares, preventivas e sancionatórias, que salvaguardam os seus direitos e interesses legítimos” (p.10).</p> <p>2.2.6. mulher Com este propósito, o governo defende: “(i) o reforço, a rigorosa aplicação e o desenvolvimento dos dispositivos legais, incluindo os constitucionais, de combate à discriminação feminina e à violência física e psicológica sobre a mulher” (p.121).</p> <p>2.2.9. Família “m) combater, em estreita coordenação e cooperação com outras instituições e organizações públicas e com organizações não governamentais, a violência na família, nomeadamente a dirigida contra a mulher e a criança” (p.130).</p>	<p>Combater a violência baseada no género: “- criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica); - reforço das instituições de atendimento e criação de casas de abrigo temporário; - Implementação de ações destinadas a capacitar as mulheres vítimas de violência a recomeçar suas vidas em segurança; - formulação de políticas que articulam medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação mais efetiva de medidas preventivas e repressivas” (p.305).</p> <p>Ambiente de trabalho não discriminatório: “- fiscalização da discriminação no acesso ao trabalho e do assédio moral e sexual nos postos de trabalho, tanto no sector público como no privado” (p.304)</p>

<p>(des)igualdade de género no acesso aos recursos</p>	<p>5. justiça: “será aprovado um novo código de família, aproximando as soluções normativas da realidade sociocultural do país, preenchendo inúmeras lacunas que se fazem sentir na matéria e introduzindo disposições que garantam resultados mais justos e práticos nos domínios do casamento, da administração dos bens do casal e na regulação do poder paternal. O novo código deverá proporcionar uma proteção especial à mulher e à criança, prevendo medidas cautelares que salvaguardem os seus direitos e interesses legítimos” (p.6). “nas Regiões judiciais da Praia e de S. Vicente serão criados Tribunais de Família como forma de responder mais eficaz e eficientemente aos problemas que se prendem com a relação conjugal, união de facto, dissolução do casamento, estabelecimento da filiação, regulação do poder paternal, alimentos a menores, adoção, entre outros” (p.7).</p>	<p>B. No domínio do Emprego “d) desenvolver programas específicos de promoção de emprego dirigido a jovem e a mulheres” (p.118). 2.2.6. mulher “a política do Governo para a promoção da mulher será despida de qualquer base preconceituosa e paternalista, no pressuposto de que se o problema é social e merece, assim, a mobilização da sociedade para a solução, à mulher, como sujeito consciente e ativo, como membro da comunidade e cidadã, compete a iniciativa e a liderança da sua própria promoção” (p.121). “(…), o governo preconiza o desenvolvimento das condições jurídicas e institucionais que reforcem a possibilidade da mulher exercer os seus direitos de cidadania” (p.121). 2.2.6. Mulher Com este propósito, o governo defende: “(ii) a promoção de programas específicos de combate ao desemprego feminino, nos quais se terá em conta as grandes possibilidades que existem nos domínios da criação do autoemprego e das microempresas” (p.121) 2.2.6. Mulher “(ii) aumentar os rendimentos das famílias chefiadas por mulheres” (p.122). “o governo promoverá a articulação, harmonização, seguimento e avaliação de todos os planos e programas já elaborados e relativos à problemática da condição feminina” (p.122).</p>	<p>Equidade do género O nosso compromisso: “- eliminar as desigualdades estruturais que impedem o pleno acesso das mulheres aos bens, serviços e recursos socioeconómicos; - adotar medidas de política para a melhoria da qualidade de vida das mulheres chefes de família; - promoção de iguais direitos das mulheres através da sua capacitação, visando uma participação e liderança efetivas na vida pública; - promoção de igualdade de acesso aos serviços financeiros, infraestruturas, saúde, água, saneamento e ao mercado de trabalho” (p.301)</p>
--	---	---	--

<p>Participação feminina na política/participação política das mulheres/quota de género</p>		<p>2.2.6. mulher “a mulher cabo-verdiana sempre desempenhou um papel relevante na vida cultural, social, económica e política do país, apesar da existência de fatores adversos, de ordem essencialmente cultural, que ainda subsistem” (p.121).</p>	<p>Equidade de género o nosso compromisso: “(…) - garantia de voz ativa às mulheres no processo decisório em todos os assuntos de interesse público a que a elas dizem respeito” (p.301). “-promoção de igual acesso a cargos de direção nas empresas e instituições públicas, organizações da sociedade civil e aos órgãos eleitos dos poderes central e local. Todos os órgãos colegiais de nomeação pública - todos os géneros representados; - promoção da Lei da Paridade” (p.302). Promover a participação da mulher na vida pública “aprovação e implementação da lei da paridade que define os critérios de repartição equitativa de acesso, entre homens e mulheres, aos postos de decisão nos diversos sectores da vida económica, social e política” (p.305)</p>
<p>Saúde da mulher/saúde materna/maternidade</p>	<p>2. Saúde A política de saúde que o governo se propõe implementar visará: (…) - apoiar e dar maior atenção aos grupos de maior risco, nomeadamente crianças, grávidas (…)” (p.39). “na execução dessa política, o governo priorizará os aspetos ligados à saúde materno-infantil e ao planeamento familiar” (p.40). Para melhorar a prestação de cuidados de saúde e a acessibilidade aos mesmos, o governo: “(…)”</p>	<p>2.2.3. Saúde. “os níveis atingidos na redução da morbilidade e mortalidade neonatal e materna e na cobertura vacinal colocam Cabo Verde na linha da frente do continente africano e dos países em vias de desenvolvimento. contudo, pensando ir muito mais longe e tendo como referência países desenvolvidos, muito trabalho deverá ainda ser feito nesse domínio” (p.112). 2.2.6. Mulher “(i) reduzir a maternidade precoce e a paternidade irresponsável, numa perspetiva preventiva” (p.122). C. No domínio da saúde “a) intensificar as ações com vista à redução da morbilidade e da mortalidade infanto-juvenil (…); (…)”</p>	<p>“- um país sem listas de espera na saúde e a garantir uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria do acesso à saúde e à saúde materno-infantil” (p.29). Cuidados adequados à saúde da mulher: “- implementação efetiva do programa de atenção integral à saúde da mulher (PAISM) com desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo cuidados com a saúde mental e ocupacional; - reforço das ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área de saúde sexual e reprodutiva. - promoção e preservação da saúde física, mental e emocional das mulheres e homens, nos locais de trabalho, levando em consideração as especificidades de género” (p.304).</p>

	- reforçará as estruturas de assistência no parto, com melhor aproveitamento das parteiras tradicionais” (p.40).	d) intensificar ações em prol do aleitamento materno; e) combater a gravidez precoce, prevenir e reduzir as situações de carência nutricional nas crianças” (p.125).	
Escolarização (educação) das mulheres/igualdade na educação		2.2.6. mulher com este propósito, o governo defende: “(iii) um tratamento mais favorável às mulheres chefes de família e às mães solteiras na educação, na obtenção da formação profissional e de habitação própria” (p.122).	Começar a igualdade pela educação: “- garantia do acesso efetivo à educação; - capacitação dos professores para a inclusão da perspectiva de género no processo educativo; - inclusão do pré-escolar no sistema formal do ensino obrigatório; - implementação de redes de creches em parceria com a sociedade civil e municípios” (p.304).

Fonte: Elaborada pela Autora com base nos programas do governo de 1991, 19996 e 2016 obtidos do site do partido e fontes externas.

Nesta tabela foram incluídos todos os excertos dos programas do governo de MpD e estão em letras minúsculas propositadamente.

Tabela A2– Análise de conteúdo dos programas de governo legislativo do PAICV (2001,2006 e 2021)

	2001 – 2006 VI legislatura	2006-2011 VII legislatura	2011-2016 VIII legislatura
Violência doméstica/baseada no género (VBG)/Assédio sexual	<p>Reforço dos órgãos superiores do Sistema de Justiça e adequação da Organização Judiciária.</p> <p>É entendimento do Governo que se impõe neste particular:</p> <p>“i) (...) a cooperação com as instituições de proteção de menores e da família será otimizada, tendo em vista a implementação de um serviço público de aconselhamento familiar e atendimento às vítimas da violência doméstica” (p.16).</p> <p>2.5. A família: depositária dos valores da Nação</p> <p>“os problemas sociais existentes, como (...) a violência, particularmente a violência doméstica (...)” (p.25).</p> <p>2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio nas relações Homem-Mulher</p> <p>“reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, na luta contra a (...) violência (...)” (p.32).</p> <p>“adotar políticas vigorosas de combate à violência doméstica de que as mulheres são as principais vítimas” (p.32).</p>	<p>3.7. Melhoria de intervenção na área da família</p> <p>“com efeito, o governo vem acompanhando com preocupação as transformações operadas na família cabo-verdiana, (...) como (...) violência doméstica” (p.62).</p> <p>5.5. fomentar a perspetiva género</p> <p>Com este entendimento o Governo, em estreita coordenação com as organizações da sociedade civil, propõe-se desenvolver as seguintes ações:</p> <p>“(vii) atribuir especial atenção, na estruturação e no funcionamento das casas do direito e nas casas do cidadão, às questões ligadas à violência doméstica e à redução das desigualdades no acesso aos serviços; (viii) no que respeita a violência doméstica, dotar as esquadras da polícia de ordem pública de serviço de atendimento específico, integrados por agentes do sexo feminino com preparação apropriada” (p.80).</p>	<p>“(...) criação de mecanismos jurídico-institucionais no combate a todas as formas de violência e exploração das mulheres cabo-verdianas” (p.29).</p>
(des)igualdade do género no acesso aos recursos	<p>“25. A juventude e as mulheres vão estar também na vanguarda das prioridades do Governo no capítulo das políticas sociais. Assim, políticas específicas nos domínios do emprego, da educação e do desporto, da</p>	<p>5.5. fomentar a perspetiva género</p> <p>“as novas exigências e as novas oportunidades conseguidas pelo país exigem criação e implementação de políticas relacionadas com</p>	<p>2.3 As questões transversais</p> <p>“(...) igualmente tomaremos a questão da paridade e da igualdade do género muito seriamente” (p.11).</p>

	<p>formação profissional, da habitação e do fomento empresarial dirigidas aos jovens e às mulheres serão implementadas” (p.4-5).</p> <p>2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio das relações Homem-Mulher</p> <p>“apesar dos avanços significativos registados relativamente à situação da mulher em muitos domínios, o Governo está consciente que ainda há muito por fazer e que subsistem constrangimentos, ao nível de insuficiências literárias, culturais e de qualificação profissional, que impedem a mulher de participar plenamente na vida económica, política e social do país, e que resultam, desse modo, em desigualdade de oportunidade e discriminação em relação à mulher” (p.32).</p> <p>“Com este entendimento, o Governo propõe-se implementar as seguintes medidas, para além de outras referidas em outros sectores do presente programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - definir e promover políticas integradas e multissetoriais que promovam e melhorem as condições de vida da mulher, reduzindo as desigualdades ainda existentes; - promover a igualdade de oportunidades com vista a uma real participação da mulher nas atividades económicas, políticas e culturais, e a uma melhor e maior intervenção nas instâncias de decisão” (p.32). 	<p>a igualdade, equidade e paridade entre os sexos” (p.79)</p> <p>“de realçar a elaboração a aprovação do plano nacional para a igualdade e equidade de género, visando uma maior democratização do sistema de relações do poder, a melhoria de oportunidades a todos os níveis, a mudança de comportamentos e atitudes e uma eventual discriminação positiva da mulher quando tal se mostrar necessário” (p.79).</p> <p>“ganhos importantes são, ainda, de destacar na definição de um contexto legal favorável à igualdade entre os sexos, na redução das disparidades no acesso ao ensino e no exercício das atividades económicas, da saúde, à ratificação de tratados e convenções e cartas internacionais por parte do Governo” (p.79).</p> <p>Com este entendimento o Governo, em estreita coordenação com as organizações da sociedade civil, propõe-se desenvolver as seguintes ações:</p> <p>“(ii) elaboração e implementação de uma Plataforma de Acção, partindo do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género, orientada para a promoção de uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade e para a concretização dos objetivos do Milénio, em particular o objetivo 3 que visa <i>promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres</i>” (p.79);</p> <p>“(vi) adotar mecanismos que promovam a igualdade de oportunidades e uma maior participação das mulheres nas atividades económicas;</p>	<p>3.4 Capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico</p> <p>“(…), um maior acesso das mulheres ao empreendedorismo económico, o incentivo à formação das mulheres na área científica (...)” (p.29).</p>
--	---	---	---

		(ix) reforçar as parcerias com as organizações da sociedade civil que atuam na promoção da cidadania e da família, na defesa dos direitos da mulher e na promoção do desenvolvimento comunitário e luta contra a pobreza”; (x) Reforçar a capacidade institucional do ICF para as tarefas de promoção, articulação e coordenação de políticas, respeitantes à promoção da abordagem género e à redução das desigualdades ainda existentes” (p.80).	
Participação feminina na política/participação política das mulheres/quota de género	“ainda no respeitante às mulheres, zelará o Governo pela criação de mecanismos que encorajem a sua participação no processo eleitoral e nas atividades políticas, nomeadamente através da institucionalização de quotas mínimas em lugares elegíveis” (p.5). 2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio nas relações homem-mulher “-promover a igualdade de oportunidade com vista a uma real participação da mulher nas atividades (...), políticas (...) e a uma melhor e maior intervenção nas instâncias de decisão” (p.32).	5.5. fomentar a perspetiva género “apesar dos avanços já alcançados, sobretudo no plano jurídico-legal, impõe-se o reforço de ações no sentido da criação de condições para o exercício efetivo da cidadania que, ao mesmo tempo, favoreçam a eliminação gradual das situações de violência e discriminação, da proteção de direitos e muito em particular no plano da participação política e económica” (p.79).	“a implementação gradativa de uma Agenda para a Igualdade e Equidade de Género deverá permitir uma participação efetiva das mulheres em espaços de decisão e de poder, desde as Associações de Base Comunitária aos Órgãos de Soberania, a elaboração do Orçamento de Estado considerando a abordagem género” (p.29). 3.5 Consolidar a Democracia, Expandir as Liberdades e Reforçar a Boa Governação “mas a boa governação não é estática. há sempre necessidade de melhorias constantes. Para além do reforço do Estado constitucional de Direito, da democracia e das liberdades, a boa governação é também (...) a igualdade e equidade de género” (p.31).
Saúde da mulher/saúde materno (a)/maternidade	2.11. mulher: maior e melhor equilíbrio nas relações homem-mulher “Com este entendimento, o Governo propõe-se implementar as seguintes medidas, para além de outras referidas em outros sectores do presente programa:	2.4.2. mais e melhores serviços de saúde “continuação da construção e equipamento de infraestruturas sanitárias, (...) dos novos centros de saúde da Praia e da maternidade e central de consultas do hospital Agostinho Neto” (p.50).	“As mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente a hospitais” (p.2).

	<p>reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, (...), no acesso (...) à saúde (...)" (p.32).</p> <p>"- melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de planeamento familiar e de saúde materno-infantil, com prioridade para as ações preventivas" (p.32).</p>		
Escolarização (educação) das mulheres/igualdade na educação	<p>"25. A juventude e as mulheres vão estar também na vanguarda das prioridades do governo no capítulo das políticas sociais. assim, políticas específicas nos domínios (...) da educação e do desporto, da formação profissional, (...) e do fomento empresarial dirigidas aos jovens e às mulheres serão implementadas" (p.4-5).</p> <p>"Com este entendimento, o Governo propõe-se implementar as seguintes medidas, para além de outras referidas em outros sectores do presente programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reforçar a capacidade de intervenção dos organismos e organizações que atuam na defesa dos direitos da mulher, particularmente as ONG, conferindo-lhes mais espaço e mais recursos, para o desenvolvimento das atividades a favor da mulher, (...), no acesso (...) à formação profissional, (...), à educação" (p.32). 		"as mulheres e as crianças podem aceder mais facilmente (...) às escolas" (p.2).

Fonte: Elaborada pela autora: Programas do governo de 2001, 2006 e 2011 obtidos dos sites do partido e fontes externas.

Nesta tabela foram incluídos todos os excertos dos programas do governo do PAICV e estão em letras minúsculas propositadamente.

Anexo B

Tabela 4 – para capítulo 5. Expressões chave pesquisadas

Expressão Pesquisada	MpD	PAICV
Violência de gênero		
Violência doméstica	1	6
Violência de gênero	1	
VBG		
Assédio sexual		
Assédio	1	
Violência	1	
(Des)igualdade de gênero no acesso aos recursos		
Desigualdade de gênero no acesso aos recursos		
Desigualdade	1	3
Igualdade de gênero		
igualdade		5
Acesso das mulheres	1	
Bens	2	
Acesso	1	1
Emprego	2	1
Economia		
Desemprego	1	
justiça	1	
Participação feminina na política		
Participação feminina na política		
Participação	1	4
Participação política das mulheres		
Quota de gênero		
Quota		1
Mulheres na política		

Participação política	1	1
Saúde das mulheres		
Saúde da mulher	2	
Saúde materna		
Maternidade	1	1
Materno	3	1
Materna	1	
Saúde	4	2
Igualdade na Educação		
Escolarização das mulheres		
Igualdade na educação escolarização		
Educação das mulheres		
Educação	3	2
Formação profissional	1	2

29

Fonte: Tabela Elaborada pela autora com os dados dos programas do governo do MpD (1991-1995, 1996-2001, 2016-2016) e do PAICV (2001-2006, 2006-2011 e 2011-2016).

²⁹ Todas as expressões chaves incluídas nesta tabela são na perspetiva de género.